

**MARIA VITÓRIA COSTALDELLO FERREIRA**

**DO CONCRETO ÀS ABSTRAÇÕES DISCURSIVAS: MORADIA, MEIO AMBIENTE  
E DIREITO NO JARDIM GRACIOSA**

**CURITIBA  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**CURSO DE DIREITO**

**DO CONCRETO ÀS ABSTRAÇÕES DISCURSIVAS: MORADIA, MEIO  
AMBIENTE E DIREITO NO JARDIM GRACIOSA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel do Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Said Staut Junior

**CURITBA  
2011**

## TERMO DE APROVAÇÃO

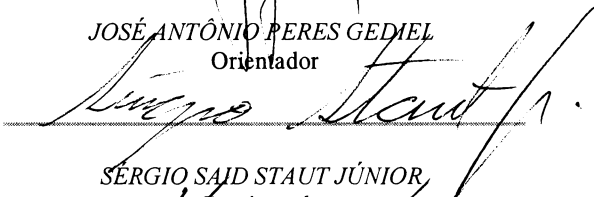
MARIA VITORIA COSTALDELLO FERREIRA

### **Do concreto às abstrações discursivas: moradia, meio ambiente e direito no Jardim Graciosa**

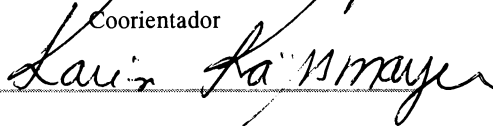
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



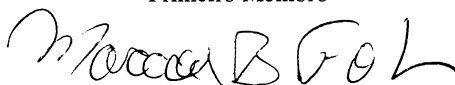
JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL  
Orientador



SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR  
Coorientador



KARIN KASSMAYER  
Primeiro Membro



MARCOS BITTENCOURT FOWLER  
Segundo Membro

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de  
arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer  
natural nada deve parecer impossível de mudar”

Bertold Brecht

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai e à minha mãe, de quem sinto imenso orgulho e admiração profunda, renovados a cada minuto de convivência, pela vida e por tudo.

À Julia, sis querida, figura que faz os dias mais alegres e leves, parceira para todas as horas, sempre rumo ao bueiro, pelo companheirismo.

Ao projeto “Direito e Cidadania – a luta por moradia”, pela coragem de fazer extensão, de enfrentar o senso comum, buscar a transformação da sociedade e da Universidade, inspiração e motivo do presente trabalho. Em especial ao Evandro e à Elô, pelo empenho em fazer tudo ressurgir das cinzas!

À comunidade do Jardim Graciosa, na pessoa da Dona Vidalvina, brava gente que resiste e luta todos os dias, que acolheu o projeto, confiou na nossa ação e nos ensinou aquilo que o direito não é na vida real, e o que a vida real na periferia de Curitiba.

Aos professores coordenadores do projeto, Professor Staut, Gediel e Pazello pelo acompanhamento cuidadoso, pelos momentos de formação e por acreditar na extensão.

Ao Dr. Marcos Fowler, Clarice, Aline, Keity, Nat, Sandra, André, a equipe do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais que incentivou e acompanhou o Projeto.

Ao Coletivo Maio, pela bela batalha empreendida desde 2008. Colocamos as cartas na mesa, fogo no circo e chacoalhamos, a todo o instante, as velhas colunas da Santos Andrade.

A todos os companheiros do movimento estudantil e extensionista da faculdade e da Universidade. Aos antigos nucleados do NDCC; aos que acreditaram na REPED; aos eivianos; aos que ocuparam; aos cantores, sonhadores, jangadeiros.

Aos companheiros da Consulta Popular, lutadores e lutadoras do povo, pela luta e pelo samba, em especial à companheira Tchenna, pelas preciosas dicas.

À Renata, Marcela, Livia, Luiz, Frank, cadeia de belas montanhas, por percorrem, ao meu lado, esses cinco anos, tornando-os mais divertidos, com destaque para as quartas feiras de rock e dogão com catchup.

Às irmãs Thaisa, Fer, Mê e Belle, às manos Caro, Gracy e Gabs e ao sempre amigo Eugenio, pela sincera e eterna amizade.

Ao Júlio por me ensinar, todos os dias, com muita paciência, amor e carinho, o significado da palavra compartilhar; pelo apoio irrestrito e incondicional nos momento finais dessa trajetória.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o discurso de proteção ao meio ambiente que incide no meio urbano, suas intenções reais e veladas, sua relação com o direito à moradia e à cidade, e como ele se manifesta concretamente, determinando a produção das relações sociais e do próprio espaço.

Procurar-se-á explicitar que, nas cidades, o discurso de proteção ao meio ambiente encobre interesses de outra ordem, que não a efetiva proteção do patrimônio natural remanescente, tais como interesses econômicos e imobiliários bastante determinados. A utilização desse discurso e a repressão acabam por gerar, na prática, a exclusão das populações mais pobres e a promoção da segregação sócio-espacial no ambiente urbano.

A comunidade denominada “Jardim Graciosa”, localizada no município de Pinhais - PR, na Região Metropolitana de Curitiba, será o ponto de partida e o pano de fundo da pesquisa, tendo em vista a atuação do Projeto de Extensão “Direito e Cidadania – a luta por moradia”, desenvolvido na Faculdade de Direito da UFPR.

Palavras-chave: Discurso. Proteção ao meio ambiente. Direito à moradia. Conflito urbano. Jardim Graciosa. Região Metropolitana de Curitiba. Segregação sócioespacial.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. DO CONCRETO ÀS ABSTRAÇÕES DISCURSIVAS: O JARDIM GRACIOSA ....	10
1.1 O MUNICÍPIO DE PINHAIS .....	10
1.1.1. A DISCIPLINA NORMATIVA DO MUNICÍPIO DE PINHAIS: PROTEÇÃO AMBIENTAL? .....	14
1.2 O JARDIM GRACIOSA .....	16
1.3 O ESTADO E O DIREITO A SERVIÇO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO .....	19
1.3.1 O ESTUDO DA VERTRAG .....	28
1.4 A CONTRADIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES .....	33
2. CIDADES: O DIREITO À MORADIA E O MEIO AMBIENTE .....	37
2.1 A QUESTÃO URBANA .....	37
2.1.1 A PROPRIEDADE PRIVADA COMO EMPECILHO À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA .....	40
2.1.2 A SITUAÇÃO DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA .....	44
2.2 DIREITO À MORADIA .....	54
2.3 DIREITO À MORADIA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO JARDIM GRACIOSA .....	60
3 O DISCURSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A QUEM SERVE? .....	64
3.1 A MATERIALIDADE DO DISCURSO .....	64
3.2 AS INTENÇÕES VELADAS E AS INTENÇÕES REAIS DO DISCURSO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NA CIDADE: .....	66
CONCLUSÃO .....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	76



## INTRODUÇÃO

O Jardim Graciosa será o ponto de partida deste trabalho a fim de tentar demonstrar como, concretamente, o direito e o Estado se utilizam do discurso de proteção ao meio ambiente para encobrir e garantir objetivos outros, como a especulação imobiliária, a higienização das cidades e a segregação sócioespacial.

Trata-se de uma área de ocupação irregular onde vivem cerca de 60 famílias e boa parte dos moradores está organizada na Associação de Moradores do bairro, localizado no município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

O projeto de extensão “Direito e Cidadania – a luta por moradia”, integrado por estudantes e professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, atua no local desde meados de 2009. O projeto chegou até a comunidade por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias dos Direitos Constitucionais – CAOPDC, órgão do Ministério Público do Estado do Paraná, que foi acionado pela presidente da Associação de Moradores. O CAOPDC, então, entrou em contato com estudantes da Faculdade de Direito da UFPR e propôs uma atuação na área.

As reflexões expostas no texto advêm da experiência prática adquirida na atuação no projeto, das trocas que aconteceram entre os estudantes e a comunidade, e do acúmulo coletivo de estudos, discussões e produção teórica ocorridos no seio do projeto.

O Jardim Graciosa está inserido em uma área de grande importância do ponto de vista ambiental, vez que os mananciais da região abastecem Curitiba e as cidades próximas. Mas o local também é alvo de interesse do capital imobiliário.

Ao lado do conjunto residencial está o Alphaville Graciosa Residencial, condomínio fechado de alto padrão, cuja “proposta” é oferecer casas de luxo em uma área verde, em local afastado o suficiente do centro de Curitiba para evitar as contradições da cidade, mas próximo o suficiente para que as pessoas possam ir e vir diariamente.

Com o passar dos anos os moradores do Jardim Graciosa começaram a sofrer uma série de pressões para deixar a área. Todos os argumentos e ações com esse intuito tinham como pretexto a proteção do meio ambiente. Criou-se um

discurso bastante forte de que os moradores deveriam sair dali para que o local fosse preservado, já que eles estariam causando danos à natureza.

Ocorre que tal discurso encobre uma série de outros elementos.

A Prefeitura e a iniciativa privada tem um projeto de ocupação bem definido para a região, consistente na criação de grandes e caros empreendimentos, que não comportam a existência de pessoas simples vivendo em comunidade.

Elegido o projeto e os sujeitos aptos a fazer parte dele, todo o aparato estatal passa a agir de forma a deslegitimar a ocupação atual, tendo como fundamento a preservação ambiental. O discurso então se torna concreto, revela sua materialidade e possibilidade de influenciar direta e concretamente a ação dos indivíduos e a produção da realidade social.

Para percorrer o caminho e chegar à análise desse discurso, no primeiro capítulo apresentamos o Jardim Graciosa e os interesses explícitos e ocultos que existem no local.

A caracterização do município de Pinhais e o histórico da área permitem perceber que, na formação daquele espaço, o capital imobiliário e o Estado atuam em conjunto, amparados pelo Direito, de forma a garantir os interesses da classe dominante em detrimento do interesse da população já excluída que vive na periferia de Curitiba. Em reação, o povo entra em contradição com o agir estatal e se organiza.

O segundo capítulo apresenta a discussão acerca das cidades, a produção e reprodução do espaço urbano tendo em vista o direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado. Uma análise de Curitiba, o breve histórico de seu processo de urbanização, e as influências da capital na região metropolitana permitem compreender a conjuntura atual do Jardim Graciosa. Por fim, aborda-se o suposto conflito entre moradia e meio ambiente.

O terceiro capítulo trata especificamente do discurso de proteção ao meio ambiente, como ele se manifesta concretamente e como é manipulado de forma a privilegiar os interesses da iniciativa privada.

Percebe-se atualmente a força do discurso pretensamente preocupado com a preservação do meio ambiente, propalado pelos mais diversos segmentos da sociedade, e que, na verdade, oculta interesses e objetivos específicos.

No ambiente urbano, em especial em Curitiba, este discurso está cada vez mais presente, legitimando intervenções violentas de remoção da população pobre, movimentação que se agrava com a proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

O Jardim Graciosa é apenas um exemplo dentre tantas outras ocupações irregulares em Curitiba e Região Metropolitana que são alvo dessa estratégia de promoção da exclusão e da marginalização dos já marginalizados.

É tarefa do sujeito disposto a compreender e transformar a realidade desvelar os interesses que estão por detrás dessas formulações. Essa é a motivação dos integrantes do “Direito e Cidadania – a luta por moradia”, e a intenção do presente trabalho.

## 1. DO CONCRETO ÀS ABSTRAÇÕES DISCURSIVAS: O JARDIM GRACIOSA

A partir da realidade do Jardim Graciosa e seu contexto será possível chegar às abstrações jurídicas e discursivas que legitimam a propriedade privada e a negação do direito à moradia das pessoas que vivem na área.

O Jardim Graciosa está localizado no município de Pinhais, Paraná, e consiste em mais uma ocupação irregular na Região Metropolitana de Curitiba.

### 1.1 O MUNICÍPIO DE PINHAIS

Diferente da maioria dos municípios da Região Metropolitana, Pinhais não possui indicadores sociais tão baixos se comparados com os da capital. É, dentre os municípios próximos a Curitiba, um dos que possui melhores níveis de vida.

A confirmar essa constatação, de acordo com o Censo 2010<sup>1</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Pinhais é de R\$ 20.919,15, enquanto que o de Curitiba é de R\$ 23.696,43. Já o PIB de Piraquara, cidade vizinha, é de R\$ 4.531,97 e o de Campina Grande do Sul perfaz R\$ 10.901,20. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Pinhais é 0.81, muito próximo ao de Curitiba (0.85) e bastante superior ao dos municípios vizinhos, Piraquara (0.74) e Campina Grande do Sul (0.76)<sup>2</sup>.

A explicação de tais diferenças entre os municípios da região é assunto complexo, que demandaria uma análise bastante pormenorizada da história e de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos locais.

Não obstante isso, essa caracterização do município mostra-se importante para que seja possível compreender a situação dos moradores do Jardim Graciosa e as justificativas oficiais para a negação do direito à moradia dessas pessoas.

Pinhais integrou, até 1992, a cidade de Piraquara. Mediante a edição da Lei Estadual nº. 4966/1992 foi elevado à categoria de município e tornou-se

---

<sup>1</sup> IBGE, **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em [www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr). Acesso em 6/05/2011.

<sup>2</sup> IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Disponível em: [www.ipardes.pr.gov.br/modulles/conteudo/conteudo.php?conteudo=5](http://www.ipardes.pr.gov.br/modulles/conteudo/conteudo.php?conteudo=5), Acesso em 6/05/2011.

emancipado. Hoje possui uma população de 117.008<sup>3</sup> habitantes que residem, na sua totalidade, em área urbana, vez que de acordo com o Plano Diretor do município não há áreas rurais.

Sabemos da dificuldade e das implicações práticas e teóricas de se tratar de conceito, ou conceitos de cidade, da dicotomia entre urbano e rural, quais os elementos que caracterizam, de fato, a cidade e o meio rural:

(...) outro tipo de obstáculo é a definição dos limites urbanos. Os critérios sobre o que é 'urbano', quase tão numerosos quanto os países a que se referem, são tão diversos que não permitem nenhuma tentativa de generalização<sup>4</sup>

No Brasil, o espaço urbano é delimitado segundo critérios de infra-estrutura, estabelecidos na Lei nº. 5172/66, o Código Tributário Nacional, em seu artigo 32, ao definir o fato gerador da incidência do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). De acordo com a lei, será definido como urbano o espaço que for dotado de meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e escola primária ou posto de saúde<sup>5</sup>.

Ainda, referida lei estabelece que os municípios poderão definir as áreas urbanas e as rurais. A escolha do município de Pinhais foi a de demarcar todo seu

---

<sup>3</sup> IBGE, **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em [www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr). Acesso em 6-05-2011.

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Pág. 15

<sup>5</sup> Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

território como área urbana, conforme a lei que institui o Plano Diretor em vigor<sup>6</sup> e a Lei Orgânica do município<sup>7</sup>. Tais parâmetros, no entanto, parecem insatisfatórios para definir o que é cidade e o que é urbano. Há tantos outros elementos de diversas ordens que devem ser levados em conta.

A cidade é um fenômeno complexo, datado, que surge em momento específico da história e em decorrência de um intrincado processo político, social, econômico e cultural de transformação das relações de poder e de produção.

Segundo Raquel ROLNIK<sup>8</sup> a cidade é um imã, um espaço de atração de seres humanos, local permanente de trabalho e moradia e pode ser analisada sob diversos aspectos e dimensões.

A cidade pode ser entendida, segundo a autora, como uma forma de escrita, na medida em que produz textos, memórias, símbolos e significados que a traduzem e que se acumulam ao longo da história. O desenho urbano, os muros que separam a cidade e as classes sociais, a arquitetura, as construções e obras contam, todos os dias, a história da cidade e revelam a sua dimensão enquanto escrita:

É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases.  
É essa dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história<sup>9</sup>

Ainda, a cidade possui sua dimensão política. É, também, relação política, local onde se vive coletivamente, e há, como mencionado na obra citada, “pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém”<sup>10</sup>. Ser habitante de uma cidade significa participar, em alguma medida, da vida pública e se subordinar ao poder que organiza e regula a cidade.

Esse aspecto se explicita pela dominação político-administrativa do Estado sobre os moradores, mas há, também, outra faceta, que é a da luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano empreendida pelo povo. A tentativa de apropriação do espaço fica mais explícita em certos momentos, como em mobilizações de

---

<sup>6</sup> O plano diretor de Pinhais foi instituído pela lei ordinária nº. 505/2001 e aprovado em 26 de dezembro de 2001.

<sup>7</sup> Lei de 21 de abril de 1994, sem número.

<sup>8</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>9</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pág. 18.

<sup>10</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pág. 18.

massas, ocupações de terrenos e até mesmo festas de rua, como o Carnaval. Mas essa batalha, e os conflitos dela decorrentes, estão ocorrendo incessantemente no dia-a-dia, camuflados no cotidiano e subjacente às relações que se desenvolvem cotidianamente na cidade, sob o manto de aparente “normalidade.

A cidade é, também, um espaço do mercado. É o local onde se intensificam as trocas e a capacidade produtiva em decorrência da divisão social do trabalho. O solo, o espaço e as relações se tornam mercadorias conforme afirma Raquel ROLNIK:

Hoje, a imagem de cidade como centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana. Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado). À nossa volta existe uma espécie de evidência fantástica do consumo, criada pela multiplicação dos objetos/mercadoria, onipresentes no cotidiano da cidade – eles estão acumulados aos montes em nossas casas, expostos nas vitrines que ocupam nossas ruas, exibidos pela publicidade nas centenas de mensagens diárias emitidas pelos meios de comunicação de massa.

Sem dúvida é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade. Esta configuração – cidade dominada pelo mercado – é própria das cidades capitalistas, que começaram a se formar na Europa Ocidental ao final da Idade Média<sup>11</sup>

Nessa perspectiva, tomando a cidade como um todo complexo, que se conforma segundo o contexto em que está inserida, ROLNIK identifica a cidade moderna com o modo de produção capitalista, denominando-a “cidade do capital”<sup>12</sup>, onde predominam os interesses das classes dominantes em detrimento daqueles da maioria da população, e as pessoas são segregadas de acordo com a classe social a que pertencem. Segundo Paul SINGER: “(...) a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes”<sup>13</sup>.

Voltando a Pinhais, na década de 90 teve início um processo de incentivo a imensos empreendimentos imobiliários na região, mais especificamente condomínios residenciais horizontais de alto padrão.

O Alphaville, condomínio de luxo vizinho ao Jardim Graciosa, está presente no município de Pinhais desde 2000. Até a instalação do condomínio não havia

---

<sup>11</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pág. 28.

<sup>12</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Pág. 30

<sup>13</sup> SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Pág. 13.

qualquer infra-estrutura urbana no local. Subitamente, vias foram asfaltadas e alargadas, equipamentos de saneamento implantados, transporte público estendido, dentre outras melhorias, tudo aos arredores do Alphaville.

O Jardim Graciosa, existente muito antes da valorização ocorrida pelo mencionado empreendimento residencial, continua sem sistema de esgoto, sem iluminação pública regular, sem transporte público adequado, sem escola, sem posto de saúde<sup>14</sup>. Permanece absolutamente desprovido dos mais básicos serviços públicos e sobrevive ante a violação de direitos fundamentais.

É o fenômeno que Paul SINGER descreve:

(...) a carência dos serviços urbanos, sintoma visível do congestionamento, recai sobre as camadas mais pobres da população, pois o mercado imobiliário encarece o solo das áreas mais servidas, que ficam deste modo 'reservadas' aos indivíduos dotados de mais recursos<sup>15</sup>

O município de Pinhais é reflexo e exemplo de todo esse movimento, pois compreende uma área de fundamental relevância do ponto de vista ambiental, econômico e político, e onde há forte interesse do capital imobiliário, que recebe estímulo e condescendência do Estado para atuar.

### 1.1.1. A DISCIPLINA NORMATIVA DO MUNICÍPIO DE PINHAIS: PROTEÇÃO AMBIENTAL?

Para o presente trabalho importa abordar alguns aspectos relativos à legislação ambiental do município de Pinhais.

A Lei Estadual nº. 12.248/1998 criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e instituiu, dentre outros mecanismos de proteção, as Unidades Territoriais de Planejamento (UTP's).<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> O Alphaville possui salão de beleza, *pet shop* e escola de inglês. Metros adiante, na associação de moradores do Jardim Graciosa, há um precário sistema de iluminação que não permite a ligação de aparelhos de som e mídia.

<sup>15</sup> SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Pág. 36.

<sup>16</sup> Art. 1º - Fica criado o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, com os seguintes objetivos:

I - assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público;



O Decreto Estadual nº. 808/1999 regulamentou a Lei nº. 12.248/1998 e criou a Unidade Territorial de Pinhais (UTP de Pinhais) com o objetivo, de acordo com seu artigo 2º, de “assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, mediante a preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico com o efetivo controle de processos de degradação e de poluição ambiental”<sup>17</sup>. Este mesmo decreto cria as seguintes categorias de proteção: áreas de restrição à ocupação, áreas de ocupação orientada e áreas de urbanização consolidada.

Passada quase uma década, em 2008, o Decreto Estadual nº 3411/2008 estabeleceu as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público para a Região Metropolitana de Curitiba e incluiu, no rol de áreas de interesse e proteção especial, a Bacia do Altíssimo Iguaçu, com destaque para as sub-bacias dos rios Pequeno, Itaquí, Piraquara, Iraizinho, Iraí, Palmital e do Meio. A exposição de motivos do referido decreto dispõe que tais mananciais são os principais para o abastecimento de água para Curitiba e Região Metropolitana.

Esses são alguns dos atos normativos que tratam da questão ambiental em Pinhais e demonstram a importância estratégica que o município e a região possuem em termos de abastecimentos de água a preservação do meio ambiente. É

---

II - integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;

III - compatibilizar ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento público com política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento socioeconômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos;

IV - empreender as ações de planejamento e gestão das bacias hidrográficas de mananciais segundo preceitos de descentralização e participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

V - propiciar a instalação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, preconizados pela Lei Federal nº 9 433/97, no âmbito dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Integram o Sistema de que trata o artigo 1º desta Lei:

I - Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - CGM, órgão colegiado, com poderes consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de elaborar políticas públicas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e acompanhar sua implementação;

II - Unidades Territoriais de Planejamento - UTPs, compostas pelas sub-bacias contribuintes dos mananciais de interesse da RMC, para facilitar o planejamento, aglutinando municípios com especificidades a serem trabalhadas conjuntamente;

III - Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais - PPART, que incorpore as diretrizes básicas estabelecidas por esta Lei e que estabeleça prazos e metas para as intervenções nas Áreas de Proteção aos Mananciais - APM, configurado como capítulo específico a ser inserido no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Curitiba, tal como preconizado pela Lei Federal nº 9.433/97.

IV - Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - FPA-RMC, para atender os objetivos do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba;

<sup>17</sup> PARANÁ. Decreto Estadual nº. 8.080 de 31 de maio de 1999.

um local que recebeu bastante atenção do legislador, com o objetivo, ao menos declarado (e aparente), de tomar medidas projetivas ao meio ambiente.

No entanto, ao se analisar a realidade e a situação do Jardim Graciosa percebe-se, de maneira clara, que esse arcabouço legislativo acaba por ser utilizado contra a população pobre e em favor da especulação imobiliária que, via de regra, beneficia os ricos moradores de Curitiba que buscam um local verde, bucólico e distante do centro da capital para morar.

A história do Jardim Graciosa e de seus moradores está inserida no processo de ocupação desordenada do território de Pinhais ocorrida nas décadas de 60 e 70 (quando ainda pertencia ao município de Piraquara), da criação dos empreendimentos imobiliários e da forte especulação imobiliária que, pelo estímulo estatal e pela iniciativa privada, passou a se dar na área a partir da década de 90.

## **1.2 O JARDIM GRACIOSA**

O Jardim Graciosa é fruto de um projeto de loteamento da década de 60. O projeto original previa pequenos lotes que serviriam de moradias urbanas, sem a pretensão de instalação de chácaras ou áreas maiores.

Apesar de ser considerada área urbana, verifica-se que não se enquadra totalmente nesse conceito do ponto de vista legislativo (não atende aos requisitos da Lei nº. 5172/66), tampouco do ponto de vista da destinação. Mas é, sem dúvida, um espaço de transição entre o campo e a cidade, seus moradores possuem estreita relação com o meio urbano e sofrem direta e diariamente as influências do centro da cidade.

Devido ao fato de ser área essencial do ponto de vista ambiental<sup>18</sup>, o Jardim Graciosa passou a sofrer diversas restrições de ocupação e uso do solo.

---

<sup>18</sup> Registre-se o ofício enviado pela Prefeitura de Pinhais, em setembro de 2008, ao Ministério Público do Estado do Paraná, mais especificamente à Promotoria do Meio Ambiente, em que se requer a intervenção do MP no Jardim Graciosa, nos seguintes termos: "(...) por todo o exposto, pelo direito constitucional de propriedade e pela fragilidade do processo junto aos proprietários (mais de 1.000) no cumprimento das diretrizes a serem propostas pela UTP de Pinhais e pelo Zoneamento da APA Municipal, o que possibilitaria uma ocupação inadequada, acarretando graves danos ambientais, a exemplo do Jardim PIO XII, salientamos a relevância da sua intervenção para solucionar os sérios problemas que ora enfrentamos, neste Município, para salvaguardar os mananciais".

Em 1980 o município de Piraquara (onde se localizava, à época, o Jardim Graciosa) reviu sua Lei de Zoneamento e estabeleceu a densidade média de 01 (uma) habitação por hectare na região, inviabilizando o projeto inicial de loteamento. Aqueles que já tinham adquirido lotes receberam um comunicado da Prefeitura informando que, a partir daquele momento, estariam proibidos de construir no local e ficaram isentos de pagar Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU<sup>19</sup>.

Diversos decretos de desapropriação, tanto do Governo do Estado quanto da município foram editados, tendo por objeto o Jardim Graciosa.

Exemplo disso foi o Decreto Estadual nº 1963/92, que declarou de utilidade pública, em favor do Poder Executivo estadual, para fins de desapropriação, a “Planta Graciosa”. Estabelece, em seu artigo 4º, que “a desapropriação é necessária à proteção dos mananciais do Alto Iguaçu”<sup>20</sup>. Já em 1992 a área total do Graciosa foi desapropriada para fins de proteção ambiental. Anos depois os Decretos Municipais nº. 272/99<sup>21</sup>, 39/2001<sup>22</sup> e 333/2002<sup>23</sup> declararam diversos lotes e quadras inteiras do Conjunto Residencial Graciosa<sup>24</sup> como área de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Atos do poder executivo estadual e municipal se sobrepuseram e todos tiveram o mesmo fim, qual seja, desapropriar os lotes do Jardim Graciosa.

No entanto, apesar de haver diversos decretos e, aparentemente, muito interesse do Estado em proteger o meio ambiente, as desapropriações nunca foram

---

<sup>19</sup> A certidão emitida pela Prefeitura de Pinhais, em 21 de fevereiro de 2007, consigna: “CERTIFICO, a pedido expresso da parte interessada, através do protocolo n. 1134/97 que o Município de Pinhais vem deixando de expedir alvará para construção no Loteamento denominado Conjunto Residencial Graciosa, tendo em vista que referido Loteamento foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por ato do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Decreto n. 1963, publicado no Diário Oficial do Estado de 22 de dezembro de 1992, o qual tem como objetivo a proteção dos mananciais do Alto Iguaçu, de acordo com Parecer n. 022/97- PGM Procuradoria Geral do Município de Pinhais”. E outra certidão, emitida em 21 de fevereiro de 1997, declara que “(...) a Planta Conjunto Residencial Graciosa, por se tratar de área de mananciais de abastecimento público de água, determinada como zona de preservação Urbana 1, está isenta de cobrança do Imposto e Taxas Municipais, de acordo com a Lei n. 105/92”.

<sup>20</sup> PARANÁ. Decreto Estadual nº. 1963 de 22 de dezembro de 1992.

<sup>21</sup> MUNICÍPIO DE PINHAIS. Decreto Municipal nº. 272 de 1999.

<sup>22</sup> MUNICÍPIO DE PINHAIS. Decreto Municipal nº. 39 de 2001.

<sup>23</sup> MUNICÍPIO DE PINHAIS. Decreto Municipal nº. 333 de 13 de setembro de 2002.

<sup>24</sup> Encontramos nos diversos atos normativos diferentes denominações da mesma área. Ora menciona Jardim Graciosa, ora Conjunto Residencial, ora Planta Graciosa.

efetivadas<sup>25</sup> e nunca foram tomadas providências efetivas para tornar o local uma área de preservação. Pelo contrário, o Poder Executivo local autorizou a construção de um imenso condomínio fechado, também localizado na baía do Rio Iraí, que gerou grande impacto ambiental e destinou, como área de preservação, campos de golfe<sup>26</sup>.

Com a área praticamente abandonada, em uma região próxima à capital, com potencial para agricultura familiar de pequeno impacto, em imensa área verde, com água em abundância, diversas famílias passaram a ocupar desordenadamente o local.

Destaque-se que as famílias ocuparam as áreas de “forma clandestina” por não terem, muitas vezes, outras formas de ter uma moradia adequada. O déficit habitacional em Curitiba e Região Metropolitana é gritante<sup>27</sup> e as políticas públicas de habitação estão longe de atender as demandas da população. Há grupos e movimentos sociais em Curitiba<sup>28</sup> que tem como bandeira a reforma urbana, o direito à moradia e à cidade, e que escancaram, todos os dias, os problemas estruturais da cidade. Quando não há alternativa, justificada está a ocupação de áreas abandonadas.

De acordo com levantamento feito pelo Município de Pinhais no ano de 2005, havia no Jardim Graciosa, à época, 56 casas. Em 2008, foram localizadas 68 moradias e, atualmente há cerca de 60 famílias no local, um número inexato.

Ainda, consoante relatório elaborado por uma empresa de “planejamento urbano”, sobre o qual se discorrerá mais adiante, hoje os lotes do Jardim Graciosa

---

<sup>25</sup> Há notícia de que alguns proprietários foram indenizados, mas não se sabe quais nem quantos. A Prefeitura não forneceu esses dados e a Procuradoria Geral do Estado também não soube informar qual a situação dos antigos proprietários.

<sup>26</sup> Trata-se do Alphaville, condomínio de casas de alto padrão.

<sup>27</sup> De acordo com o documento “Déficit Habitacional 2008”, do Ministério das Cidades, o déficit habitacional da Região Metropolitana de Curitiba é de 64.635 moradias. No Paraná, o número chega a 213.157 moradias. E essa situação claramente afeta as famílias de baixa renda. De acordo com a mesma pesquisa, no Paraná, 83,4 % das famílias vítimas do déficit habitacional tem renda de até 3 salários mínimos. Por outro lado, há, na Região Metropolitana de Curitiba, 76.311 imóveis vazios, o que demonstra a intensidade da especulação imobiliária na região e a inércia do poder público para conter essa situação.

Documento disponível em:

[www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB\\_2008\\_Final\\_2011.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf). Acesso em 8-09-2011.

<sup>28</sup> Dentre as organizações que tem como temática a moradia e a cidade, e que atuam em Curitiba e Região Metropolitana, destacam-se o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

estão assim distribuídos: propriedades de particulares (611 lotes), Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (157 lotes), Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR (611 lotes) e Prefeitura Municipal de Pinhais (52 lotes).

Os moradores são o elo mais fraco frente a esses demais atores e, com o tempo, passaram a sofrer diversos tipos de pressão para desocupar a área valorizada e objeto de especulação, tanto do poder público (através da atuação da polícia ambiental, de ameaças de despejo<sup>29</sup>, de promessas políticas, especialmente em período eleitoral), quanto dos proprietários originais (que ocasionalmente vão até o local pressionar os moradores) e do capital imobiliário especulativo, que recebe apoio do Município.

Em meados de 2002, constitui-se uma associação de moradores que passou a organizar o povo ali residente, discutir as formas de resistência e de permanência no local.

### **1.3 O ESTADO E O DIREITO A SERVIÇO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO**

O Direito, como concebido na modernidade, emana do Estado. Os institutos jurídicos válidos e operantes na sociedade são aqueles forjados no seio da estrutura estatal.

O Estado moderno, por sua vez, é o Estado capitalista. Falar em modernidade é falar em Capitalismo.

Antônio Carlos WOLKMER deixa clara a relação entre Capitalismo, modernidade e monopólio estatal da produção jurídica:

À medida que se esgota o Feudalismo, instaura-se o Capitalismo como novo modelo de desenvolvimento da produção material. (...) Assim, o Capitalismo irá constituir-se paulatinamente, durante o fim da Idade Média e alcançará quase toda a Europa depois dos séculos XVI e XVII.

Em face desses novos fatores fundantes representados pelo modo de produção capitalista, pela sociedade burguesa, pela ideologia liberal-individualista e pelo moderno Estado Soberano, qual é o padrão de

---

<sup>29</sup> Há uma ação de Reintegração de Posse ajuizada no ano de 2003 pela Prefeitura contra diversos moradores da área (Ação nº. 156/2003, que tramita perante a 1ª vara cível de Pinhais). A liminar foi deferida, no entanto, nunca cumprida pela impossibilidade de o oficial de justiça dar-lhe efetividade, vez que a ocupação está sedimentada, a área é bastante grande e são inúmeras as famílias que seriam despejadas. A ação continua tramitando.

juridicidade a ser produzido e que atingirá hegemonia? Ora, a resposta a essa indagação será dada gradativamente mediante a racionalidade lógico-formal centralizadora do Direito produzido unicamente pelo Estado e seus órgãos (doutrina do monismo jurídico), enquanto referencial normativo da moderna sociedade ocidental, a partir dos séculos XVII e XVIII. Mas, como se deu essa relação e qual é a razão de a legalidade estatal se tornar o projeto da modernidade burguesa capitalista? Para responder a isso, impõe-se consignar, primeiramente, o significado do Capitalismo, a legitimação dos interesses burgueses e a necessidade de um poder centralizado e burocrático<sup>30</sup>.

O Estado capitalista, cujo nascimento coincide com a modernidade, passa a centralizar toda a produção normativa justamente para legitimar os interesses da nascente burguesia e para garantir o modo de produção<sup>31</sup>.

Sobre a relação umbilical entre as instituições estatais e Capitalismo, explica David HARVEY: “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em algum aspecto, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo”<sup>32</sup>.

No panfletário “O Manifesto Comunista” que, com todas as ressalvas e limitações históricas<sup>33</sup>, vez que decorridos mais de 150 anos de sua publicação, Karl MARX e Friedrich ENGELS trazem a concepção de Estado que serve como base

---

<sup>30</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico - fundamentos de uma nova cultura no direito**. São Paulo: Alfa-Omega, 2001. Pág. 29.

<sup>31</sup> Sobre as idéias e os mecanismos empreendidos na modernidade para garantir o monismo e a nova organização social que surge, discorre António Manuel Hespanha: “Estadualismo (i.e., identificação da ordem social com a ordem estatal), certeza e previsibilidade do direito (i.e., codificação), vão, assim, de braço dado, permitir a efectivação e a estabilização dos novos arranjos sociais, políticos e jurídicos. Os cem anos que decorrem entre 1750 e 1850 correspondem ao período de instalação de uma nova ordem política e jurídica, a que se costuma chamar liberalismo. No plano do direito, realizam-se então os seus pressupostos estratégicos – instauração, por meios legislativos, de um novo paradigma de organização política (o Estado liberal-representativo) e de organização social (“liberalismo proprietário”, i.e., identificação da propriedade como condição de liberdade e, logo, de cidadania activa), que a própria lei irá desenvolvendo nos seus detalhes institucionais”. HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia - síntese de um milénio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. pág 341-342.

<sup>32</sup> HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Pág. 93.

<sup>33</sup> Tarso Genro, em artigo publicado na coletânea “O Manifesto Comunista 150 anos depois” bem coloca essa limitação, reconhecendo a atualidade do pensamento: “A concepção de Estado inscrita no *Manifesto*, ao longo dos 150 anos de sua existência, demonstra um vigor político apaixonante e uma evidente limitação histórica. Essa limitação, porém, não obscurece sua atualidade, especialmente quando o *Manifesto* vincula os *movimentos* do Estado com os *interesses* das classes sociais dominantes. Embora a análise seja insuficiente para compreender como o Estado desdobrou-se, principalmente a partir do início do século XX, a relação Estado-classe que o *Manifesto* flagra é um ponto de partida teórico fundamental também para compreender o Estado atual. O vigor da crítica do *Manifesto* está provado pela atualidade da denúncia da exploração e da concentração do capital”. GENRO, Tarso. O Estado e o Manifesto Comunista. In: **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Daniel Aarão Reis Filho (organizador). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. pág. 123.

para a compreensão de sua crítica: “O Poder Executivo do Estado não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”<sup>34</sup>.

Nessa perspectiva não é possível separar a sociedade civil da sociedade política, isto é, as relações de produção, que se desenvolvem na sociedade civil, influenciam e conformam a sociedade política. O Estado é produto e reproduzidor do modo de produção capitalista.

Na didática explicação de Luciano GRUPPI, é possível identificar essa relação:

A sociedade política, isto é, o Estado, é expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram (...) Por conseguinte, não é o Estado que funda a sociedade civil que absorve em si a sociedade civil, como afirmava Hegel; pelo contrário, é a sociedade civil, entendida como o conjunto de relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante. (...) Pode-se dizer que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante (...) o Estado, portanto, é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas<sup>35</sup>

#### Segundo Marilena CHAUI

O Estado não é um poder distinto da sociedade, que a ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado e acima das particularidades dos interesses de classe. Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera da política as relações de exploração que existem na esfera econômica<sup>36</sup>

A autora explica que, além de não haver a separação entre sociedade civil e Estado, e este ser determinação daquela e das relações de produção, o Estado encerra, em verdade, os interesses da classe dominante:

O estado *aparece* como a realização do interesse geral (por isso Hegel dizia que o Estado era a universalidade da vida social), mas, na realidade, ele é a forma pelo qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Pág. 13.

<sup>35</sup> GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 10ª ed. L&PM: Porto Alegre, 1980. Pág. 26-27.

<sup>36</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Pág.69.

<sup>37</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Pág.69.

O Direito que emana do Estado Capitalista é, portanto, um direito que se coloca a serviço do sistema que o fundamenta.

Karl MARX resume, no segundo prefácio à obra “Uma contribuição para a crítica da economia política”, a relação entre o direito, o Estado e o modo de produção capitalista:

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil", e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política. (...)

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.

Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali<sup>38</sup>

Michel MIAILLE, ao comentar essa passagem da obra de Marx, brilhantemente explica que não há como compreender o direito e separá-lo do modo de produção em que está inserido:

Este texto [contribuição à crítica da economia política] abre com uma afirmação absolutamente fundamental: as relações jurídicas, portanto, o sistema de regras do direito, não podem explicar-se nem por si mesmas nem por apelo ao espírito. Esta é a condição *sine qua non* que nos permite escapar ao positivismo (o direito é o direito) e ao idealismo (o direito é a expressão da justiça). A única via fecunda que permite explicar realmente o direito consiste em procurar noutro lado as razões da existência e do desenvolvimento do direito. Este outro lado, contrariamente ao que uma leitura superficial poderia fazer crer, não é por certo a economia: é a existência de um modo de produção, o que, veremos, é uma coisa

---

<sup>38</sup> MARX, Karl. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. 1859. E-book. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>. Pág. 2. Acesso em 25/09/2011.



completamente diferente. O modo de produção permite com efeito compreender ao mesmo tempo a organização social no seu conjunto e um dos seus elementos, o sistema jurídico<sup>39</sup>

A ordem jurídica que se estabelece sob a égide do Estado Capitalista é assentada em bases liberais, individualistas, na lógica da exploração do trabalho humano para a acumulação de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção.

Subsumindo o caso do Jardim Graciosa a esse posicionamento, resta explícito como o Estado, os institutos jurídicos, e o discurso formulado a partir do Direito Ambiental são manipulados e utilizados para garantir a prevalência de interesses políticos e econômicos dos setores dominantes da sociedade.

Ainda, é possível criticar o imaginário ingênuo que se manifesta concretamente no dia a dia das relações pessoais e institucionais, e, também, no Judiciário, através de suas decisões, de que o direito é algo neutro, criado em um processo racional, evolutivo e natural de formulação<sup>40</sup>.

O positivismo jurídico nos fez crer na neutralidade do direito, que seria, apenas, uma ciência que possuiu um objeto e um método, formando um conjunto de normas com o objetivo de pacificar as relações sociais. Certos institutos jurídicos, como o da propriedade privada, que possui forte cunho ideológico, e é absolutamente datado, seria algo “natural” e decorrente do inevitável processo histórico rumo ao individualismo e aos demais fundamentos do modo de produção capitalista, a única e derradeira forma de organização da sociedade<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3 ed. São Lisboa: Editorial Estampa, 2005. Pág. 70.

<sup>40</sup> Ricardo Marcelo Fonseca coloca muito bem as consequências que essa concepção do direito traz para a ciência do direito e para a realidade concreta: “Por primeiro, tal história do direito (a positivista) cumpre um papel legitimador do direito presente ao pretender provar que determinadas características do discurso jurídico – como Estado, família ou o princípio de que os contratos devem ser cumpridos ponto a ponto – pertencem à ‘natureza das coisas’. Os institutos contemporâneos são assim ‘naturalizados’ e tidos como o resultado da tradição. Os conceitos (hauridos da ‘história’) adquirem validade transtemporal por serem legitimados pela tradição. A história, em suma, torna-se a justificadora do presente através de uma suposta demonstração de que o presente foi o caminho ‘natural’ do processo histórico”. FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2009. Pág. 62.

<sup>41</sup> Segundo Francis FUKUYAMA, o liberalismo político e econômico teria triunfado de forma derradeira sobre quaisquer outras formas de organização humana: “o que estamos testemunhando pode não ser apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história pós-guerra, mas o fim da História como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano” (FUKUYAMA, Francis. **O fim da história**. 1989. Tradução: Felipe Rigon Spack).

Como bem expõe Sérgio STAUT<sup>42</sup> a concepção de que o direito é fruto de um processo evolutivo linear e de que certos institutos são naturais e, portanto, neutros, ainda está, nos dias de hoje, muito presente nos manuais de direito:

Outra estratégia justificadora e legitimadora do direito atual, um pouco diversa da acima relatada, mas que também é observada em muitas das introduções históricas dos manuais de direito em geral e de direito civil em matéria de posse e propriedade, é apresentar o presente como resultado de muitos anos de evolução (...)

Destaca-se que esta concepção de propriedade é observada em muitos manuais de Direito Civil; apenas como exemplo são as palavras de Maria Helena Diniz que fundamenta a propriedade privada na 'teoria da natureza do homem'; segundo a autora 'a propriedade é inerente à natureza do homem, sendo condição de sua existência e pressuposto de sua liberdade. É o instinto da conservação que leva o homem a se apropriar de bens, seja para saciar sua fome, seja para satisfazer suas variadas necessidades de ordem física e moral. A natureza humana é de tal ordem que ela chegará a obter, mediante o domicílio privado, um melhor desenvolvimento de suas faculdades e de sua atividade'.

No entanto, essa percepção do fenômeno jurídico encobre as reais funções do direito e tem, na sua essência sutil e oculta, uma ideologia bastante definida, daqueles que querem manter a estrutura social desde que se beneficiem da desigualdade e da segregação gerados pelo Capitalismo.

Michel MIALLE explica que a visão de que o Estado e o Direito são neutros é essencial para os juristas:

Como os juristas não parecem em absoluto duvidar da necessidade intertemporal do Estado que aparece marcado com o selo da racionalidade, eles não podem explicar o funcionamento do direito senão dentro do quadro do Estado, atribuindo ao primeiro os caracteres do segundo. O direito exprime o bem comum: o Estado representa o interesse geral. O direito deve impor-se em qualquer situação: o Estado dispõe do monopólio da força. O direito é o mesmo para todos, geral e impessoal: o Estado é

---

Mas há, também, o outro lado, daqueles que não podem crer que a sociedade capitalista é o fim da história:

Não creio que o tempo/ Venha comprovar/ Nem negar que a História/ Possa se acabar  
Basta ver que um povo/ Derruba um czar / Derruba de novo / Quem pôs no lugar  
É como se o livro dos tempos pudesse / Ser lido trás pra frente, frente pra trás / Vem a História,  
escreve um capítulo / Cujo título pode ser Nunca Mais / Vem o tempo e elege outra história, que  
escreve / Outra parte, que se chama / Nunca É Demais / Nunca Mais, Nunca É Demais, Nunca Mais /  
Nunca É Demais, e assim por diante, tanto faz / Indiferente se o livro é lido / De trás pra frente ou lido  
de frente pra trás. (O fim da história, Gilberto Gil).

<sup>42</sup> STAUT JUNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Curitiba, 220 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009. Pág. 59.

neutro. (...) que o Estado seja compreendido como um conjunto de instituições e de organismos neutros, isso é simultaneamente evidente e essencial para os juristas. Toda a ideologia do Estado moderno repousa em definitivo sobre esta afirmação, sem a qual o Estado burguês não poderia justificar-se<sup>43</sup>

O discurso jurídico e suas construções teóricas carregam consigo uma ideologia muito definida, com objetivos e funções bastante claros, apesar de se revestirem de neutralidade e naturalidade:

O discurso jurídico, com seu apelo para a cientificidade e, ainda mais, para uma suposta *justiça intrínseca ao texto normativo*, exerce a papel fundamental de individualizar os conflitos que são, no fundo, sociais. Quando os fatos são tomados pela ótica viciada das categorias jurídicas e, assim, interpretados segundo dogmas consagrados, em que se cristalizam as ideologias dominantes, o Direito encobre a problemática real em que se inserem os problemas tratados separadamente. (...) Decorre daí, portanto, a necessidade básica de colocar em xeque os limites da pretensa cientificidade e neutralidade jurídicas, tanto das leis, quanto de seus interpretes. Mais do que isso: à crítica do Direito caberá a tarefa de afrontar os critérios milenares com que se conforma, em regra, a teoria jurídica, demonstrando como eles são determinados por razões específicas dos momentos em que surgiram e, o que é principal, qual a exata função que assumem na sua aplicação reiterada irrefletida<sup>44</sup>

Adotando esta linha de raciocínio, pode-se estabelecer que o Estado e o Direito, no que tange à organização da cidade, cumprem o papel de manter a estrutura urbana – excludente, segregadora, mercantilizada, sem infra-estrutura, sem mobilidade –, mantendo o *status quo*, garantindo a prevalência dos interesses mercantis e dominantes no espaço urbano.

Nesse sentido, Luiz Cesar de Queiroz RIBEIRO e Orlando Alves dos SANTOS JUNIOR<sup>45</sup> explicam que a atual cidade brasileira é resultado da combinação de dois mecanismos: a) a liberdade para os agentes capitalistas tratarem a cidade como mercadoria, em especial a moradia e o solo urbano; e b) a tolerância dessas práticas de uso e apropriação do solo urbano. Esses mecanismos permitiram a coalizão de três atores que intervêm diretamente na cidade: a) o capital

<sup>43</sup> MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. 3 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

<sup>44</sup> MELO, Tarso de. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Pág. 29 e 30.

<sup>45</sup> RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. In: **políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/RFRJ, 2011. Disponível em: [observatoriodasmetropoles.net/download/miolo\\_livro\\_curso\\_baixada](http://observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_livro_curso_baixada))

internacional; b) parte da burguesia nacional ligada à produção imobiliária, obras públicas e concessão de serviços públicos; e c) o Estado:

O Brasil urbano foi desenhado pela ação dessa coalizão mercantilizadora da cidade, tendo o Estado como principal maestro, seja protegendo os interesses da acumulação urbana (proveniente da produção da cidade) da concorrência de outros circuitos, seja realizando encomendas de construção de vultuosas obras urbanas, ou ainda pela omissão em seu papel de planejador do crescimento urbano. Omissão que, além de servir à mercantilização da cidade, teve papel fundamental na transformação do território para receber a massa de trabalhadores expropriada do campo.

Sobre a influência do capital no planejamento urbano e sua relação com o Estado, Dennison DE OLIVEIRA discorre:

acredita-se que seja útil incorporar, em qualquer proposta de investigação do relacionamento entre urbanistas e capitalistas, o pressuposto que existe, de fato, uma dependência estrutural da cidade face ao capital, a qual gera poderosos efeitos sobre a maneira pela qual os planejadores urbanos refletem e/ou gerenciam o desenvolvimento econômico e social de seus municípios<sup>46</sup>

O mesmo autor relata diversos episódios em que os empresários da construção civil influenciaram a tomada de decisões do Estado no tocante ao planejamento de Curitiba e região, de forma a garantir seus interesses. A Associação Comercial do Paraná (ACP), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), o Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (SECOVI) e a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná (ADEMI) exerceram e exercem imensa influência nas determinações de uso e ocupação do solo urbano no Paraná, em especial em Curitiba e Região Metropolitana.

Dentre os fatos narrados, destaca-se a alteração na Lei que estipulava os padrões de uso do solo nos eixos estruturais, editada na gestão Lerner. O decreto que determinou as mudanças (Decreto nº 247 de 25 de março de 1980) foi subitamente alterado e reeditado em 25/04/1980, após uma reunião informal

---

<sup>46</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 41.

ocorrida na Associação Comercial do Paraná (ACP), em que participaram o Prefeito e entidades ligadas ao setor imobiliário.

Sobre essas e as demais histórias que não são contadas nos livros oficiais da Prefeitura, reflete o autor:

Dessa forma, os exemplos citados permitem perceber que tanto ACP quanto Ademi, Secovi e Sinduscon se viram envolvidos no processo de elaboração da legislação afeta ao uso do solo urbano, influenciando constantemente a forma final que esta assumiu, quando não a definindo quase que totalmente. Cabe notar, porém, que todo esse processo se deu de forma não-institucionalizada. Vale dizer, a participação foi sempre informal e temporária. Jamais esses setores tiveram reconhecido pelo poder público o papel de participantes legítimos e formais na elaboração de políticas urbanísticas (...)<sup>47</sup>

Novamente David HARVEY explica que a simbiose entre iniciativa privada e poder público só traz benefícios ao capital privado:

Para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam<sup>48</sup>

Karin KASSMAYER explica que a gestão das cidades não se dá de forma neutra ou técnica, mas segundo interesses definidos:

As cidades e, por consequência, o ambiente urbano, são tradicionalmente geridas segundo os interesses, conveniências e necessidades de uma certa parcela da população, detentora ou muito próxima dos detentores do poder econômico. Certamente por isso, os recursos públicos tendem a ser canalizados para investimentos que resultem em benefícios que podem ser diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, mas que serão mais intensamente usufruídos pela elite econômica<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 161.

<sup>48</sup> HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006. Pág. 190.

<sup>49</sup> KASSMAYER, Karin. **Cidade, riscos e conflitos socioambientais urbanos: desafios à regulamentação jurídica na perspectiva da justiça socioambiental**. 259 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Pág. 168.

O Jardim Graciosa é fruto dessa promíscua relação entre elites, mercado e Estado.

O Estado, representado pelo Município de Pinhais, atua de forma a privilegiar os interesses do capital imobiliário em detrimento do direito à moradia e à dignidade dos moradores do conjunto residencial.

O ofício enviado pelo Município de Pinhais ao Secretário de Segurança Pública, em novembro de 2009, é revelador do modo como a questão é tratada pelo Poder Público. Nele consta o relato que o Jardim Graciosa tem sido objeto de constante “esbulho e turbacão”, e requer a intervenção policial na área. Destaque-se o seguinte trecho: “O resultado de uma ocupação inadequada, naquela localidade, acarretaria danos ambientais irreversíveis, representando um duro golpe ao meio ambiente regional”<sup>50</sup>. Aqui, novamente, aparece o meio ambiente como pretenso elemento legitimador de ações repressivas, inclusive policiais, para garantir, na verdade, a propriedade privada e para atemorizar os moradores.

Estabelecidas as relações entre Direito, Estado Capitalista e capital imobiliário, passa-se a analisar o relatório elaborado por uma empresa de consultoria urbanística cujo objeto é o Jardim Graciosa.

### **1.2.1 O ESTUDO DA VERTRAG**

No ano de 2010, o Município de Pinhais contratou uma consultoria de planejamento urbano chamada Vertrag que tem como missão, de acordo com as informações de sua página na internet, “contribuir para o desenvolvimento humano a partir da dimensão territorial sustentável, solidária e compromissada com a coerência e a consequência de seus resultados”<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Ofício nº. 349/09, de 25 de novembro de 2009, enviado pelo Prefeito do Município de Pinhais, Luiz Goulart Alves e pela Diretora de Meio Ambiente e Ação Social da SANEPAR, Maria Arlete Rosa, ao então Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Delazari.

<sup>51</sup> Disponível em [www.vertrag.com.br/empresa](http://www.vertrag.com.br/empresa). Acesso em 05-06-2011.

Após algumas visitas à comunidade a consultoria publicou, em agosto de 2010, um relatório chamado “Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais”<sup>52</sup>.

O estudo, quando se refere aos moradores, trata-os por invasores, revelando a posição ideológica que norteia as pretensões e o agir do Poder Público, pois busca deslegitimar, desde a linguagem, a permanência dos posseiros.<sup>53</sup>

Para caracterizar a área e ilustrar a situação atual, o relatório exhibe três fotos: a de uma casa grande, com a seguinte legenda: “residência de final de semana”; a de uma parte de um terreno com lixo amontoado, com a legenda “desrespeito ao meio ambiente”; e a de uma construção inacabada com a legenda “igreja em construção”<sup>54</sup>.

As fotos são minuciosamente selecionadas para expor apenas uma parte do que é o Conjunto Graciosa. Não há qualquer imagem das casas onde habitam as pessoas que ali vivem e preservam o local, das nascentes d’água totalmente intactas justamente pela permanência dos moradores em pequenas chácaras, das plantações de pequeno impacto, da imensa mata nativa remanescente e dos novos pés de pinheiros plantados pelos moradores. Tampouco há dados ou fotos das pessoas – ou seja, dos sujeitos que devem ser levados em conta em qualquer projeto para a área -, da associação de moradores, das lideranças comunitárias. Há, apenas, a intenção de macular a imagem dos posseiros de forma a justificar uma intervenção do poder público, em conjunto com o capital imobiliário, para remover as famílias do local.

Esse relatório foi encomendado para que fossem aventadas possibilidades de regularizar a área do Jardim Graciosa. No capítulo em que há análise da

---

<sup>52</sup> VETRAG. **Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais**. Pinhais, Paraná. Agosto de 2010.

<sup>53</sup> Como na pág. 6 do relatório, em que se lê: “a simples restrição de uso destas áreas não resolve o problema dos loteamentos mais antigos, vez que as áreas permanecem sem uma ocupação formal, passam a ser objeto de invasões e processos desordenados de ocupação do solo” (grifos nossos). Ou, ainda, na pág. 11: “O zoneamento vigente sobre a área do Loteamento é bastante restritivo (...) o que dificulta a ocupação da área e mantém grandes espaços livres para novas invasões e processos desordenados de ocupação” (grifos nossos). VETRAG. **Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais**. Pág. 6.

<sup>54</sup> VETRAG. **Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais**. Pág. 16.

viabilidade das sugestões de readequação da área, há três propostas. Vamos a cada um delas e aos pontos positivos e negativos elencados pelo relatório.

A primeira prevê a regularização das ocupações já existentes, com a manutenção dos moradores, que passariam a ser proprietários. De acordo com a empresa, o único ponto positivo seria a manutenção dos possuidores no local. Por outro lado, os pontos negativos são vários, segundo os consultores: favoreceria a continuidade do processo de ocupação desordenada, não geraria recursos financeiros, manteria a necessidade de fiscalização intensa pelo poder público, fragmentaria as áreas verdes e estimularia a venda de frações ideais, aumentando a densidade habitacional.

A segunda prevê a construção de um condomínio horizontal de baixa densidade e baixo impacto ambiental, sendo que o dinheiro utilizado com a venda dos lotes serviria para eventuais indenizações e realocações dos moradores. No extremo oposto da primeira proposta, esta teria apenas pontos positivos, exceto um: a remoção dos moradores. Os prós seriam os seguintes: geração de recursos para a indenização dos proprietários e possuidores, restrição da mobilidade e desestímulo a novas ocupações irregulares, unificação das áreas de proteção ambiental de diversos imóveis em área contígua, reunião de diversos proprietários sob uma única figura jurídica, facilitando a fiscalização ambiental e urbanística.

A terceira proposta reside na construção de dois condomínios. Um para realocar os moradores, denominado “condomínio social”, e outro, um condomínio fechado, de alto padrão, denominado eufemisticamente de “condomínio aberto”. Nessa proposta, os prós e contras aparecem um pouco mais equilibrados. Os pontos positivos são os mesmos constantes da segunda sugestão. Os contras, entretanto, são vários: o investimento no condomínio social diminuiria o retorno financeiro com a venda das frações ideais, dificuldade para organizar os moradores/possuidores em condomínio, necessidade de aprovação de lei específica para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) ou para Operação Urbana Consorciada, diminuição da possibilidade de medidas de mitigação e compensação, necessidade de ampliar e estruturar a oferta de serviços públicos para a localidade.

Depois de elencar as três possibilidades, o estudo propõe apenas a realização das propostas 2 e 3, descartando totalmente a possibilidade de



regularização da área, sem qualquer justificativa para tal. O capítulo seguinte é um detalhamento das duas propostas e traz as diretrizes gerais e parâmetros urbanísticos para cada uma delas.

Os processos de consolidação de ambas as propostas é descrito com alguma minúcia, e envolveria complexas relações entre poder público municipal, estadual, através da SANEPAR e COHAPAR, e a iniciativa privada (imobiliárias, incorporadoras, construtoras).

Na conclusão, a segunda proposta, a de construção de apenas um condomínio de alto padrão, é colocada como a mais viável e é privilegiada, enquanto a proposta da construção de dois condomínios é considerada, mas classificada como “aparentemente viável”.

Da leitura do relatório, desde o seu início, a partir da caracterização da área, das imagens escolhidas, até sua conclusão, apesar de implícita, é nítida a intenção do documento de deslegitimar a ocupação atual, mitigar o direito à moradia daqueles que lá residem há décadas, garantir o direito de propriedade daqueles que adquiriram os lotes no passado e, efetivamente, desalojar as famílias. A construção de um condomínio de alto padrão, que gere recursos para o Município e favoreça os interesses do capital imobiliário é a única proposta seriamente vislumbrada pelos técnicos. Tudo isso camuflado pelo discurso de proteção ao meio ambiente e de respeito à legislação urbanística.

As soluções trazidas dão a entender que, em nome da proteção do meio ambiente, e em observância ao ordenamento jurídico, a solução é, inevitavelmente, a realocação dos moradores e a ocupação por meio de um condomínio de luxo.

Com o argumento de preservar a natureza (embora falso a olhos vistos), predomina o entendimento de que os moradores atuais não preservam o meio ambiente e que o desrespeito à ordem ambiental e urbanística se dá justamente pelo fato de que eles lá residem. A solução, então, seria desalojá-los para colocar em seu lugar outros moradores. Esses, por sua vez, pertencentes à outra classe social, pessoas ricas, que poderiam adquirir terrenos cujo preço é bastante alto<sup>55</sup>, e que iriam preservar o meio ambiente.

---

<sup>55</sup> Dizer que o preço é bastante alto é um eufemismo para não dizer que é impraticável pela imensa maioria da população brasileira, inclusive pelos atuais moradores do Jardim Graciosa. Uma rápida pesquisa em sites de imobiliárias na internet é possível encontrar terrenos a venda no Alphaville

Ora, tal raciocínio leva à conclusão, que parece óbvia aos consultores, de que pobre não preserva o meio ambiente e desrespeita a lei, e, ao contrário, o rico preserva e cumpre a lei.

A inconstitucionalidade do agir estatal é tão flagrante que beira a irreabilidade. O Estado, ao estimular tal situação, desatende os fundamentos do Estado brasileiro e suprime, de modo literal, todos os objetivos fundamentais da República<sup>56</sup>.

Por seu turno, o relatório, impregnado pela opção pelo mercado imobiliário, somente na conclusão menciona o interesse privado que há na região e o coloca como elemento de definição a ser considerado na tomada de decisão pela administração municipal:

O condomínio representa uma solução interessante, pois possibilita a reunião de diversos moradores sob uma única figura jurídica, unindo também as áreas verdes que estariam isoladas em lotes individuais e somando esforços entre moradores para implementar medidas de mitigação/compensação dos impactos ambientais e também medidas de contrapartida social. Outro aspecto que não pode ser ignorado é a demanda de mercado por condomínios nessa região, o que aproxima o interesse privado dos investidores com o interesse público e preservação do manancial. (Vertrag, Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais, Agosto de 2010, pág. 44. (grifos nossos)

Durante todo o texto não há menção ao interesse mercadológico na área. A linha de raciocínio explícita é a de que se está a defender um interesse geral e universal, de proteção à vida e ao meio ambiente. Apenas ao final, como se fosse ponto secundário, menciona-se a “demanda de mercado por condomínios”. Ora, implicitamente o texto é todo construído para que se conclua, de forma inevitável, que a saída é a retirada dos moradores e a concretização do sonho do rico curitibano de morar numa bolha verde, longe do degrado e perigoso centro da cidade.

---

Graciosa, em Pinhais, cujo valor varia de R\$ 470.000,00 (terreno de 787,73 m<sup>2</sup>) a R\$ 1.100.000,00 (terreno de 1547,93 m<sup>2</sup>).

Fonte: [www.imoveiscuritiba.com.br/imoveis/pinhais/alphaville/residencial/terreno](http://www.imoveiscuritiba.com.br/imoveis/pinhais/alphaville/residencial/terreno). Acesso em 29/09/2011.

<sup>56</sup> BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 3º, incisos I a IV, da Constituição da República de 1988: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O relatório da Vertrag é a materialização do exposto no capítulo anterior. O Direito e o discurso da proteção ao meio ambiente são manipulados para legitimar os interesses do capital imobiliário, tudo com a benção da Prefeitura, ignorando-se completamente o direito dos atuais moradores.

#### 1.4 A CONTRADIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

Os moradores do Jardim Graciosa, tendo em vista o conflito que se estabeleceu na área, protagonizado por diversos atores (proprietários, Prefeitura Municipal, Estado do Paraná, mercado imobiliário) passaram a se organizar em uma Associação, denominada “Associação de Moradores e Agricultores da Planta Residencial Graciosa – Pinhais/PR”, para discutir e agir coletivamente.

O primeiro registro em ata de uma reunião da Associação é de julho de 2003, mas as movimentações para a organização dos moradores teve início em meados de 2002.

A luta teve início e permaneceu, sempre, permeada pela questão fundiária. Saúde, eletricidade, transporte, educação são demandas da comunidade, mas o ponto principal, e que acaba por ser requisito para a conquista das demais reivindicações, era, e ainda é, a regularização da área.

A organização dos moradores é, sem dúvida, uma expressão da mobilização popular e se coloca na perspectiva de se constituir em um movimento social reivindicatório.

Sobre os movimentos sociais urbanos, Maria da Glória Marcondes GOHN<sup>57</sup> explica que o movimento de bairros surge, no Brasil na década de 70, inicialmente atrelado às práticas da Igreja Católica e, posteriormente, foram se afastando da religião.

A autora destaca que a luta pela posse da terra urbana é uma das mais abrangentes na luta popular por moradia<sup>58</sup> e usa o exemplo da cidade de São Paulo,

---

<sup>57</sup> GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

<sup>58</sup> GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. Pág. 61.

aduzindo que a luta por moradia popular nessa cidade é tão antiga quanto seu próprio processo de urbanização:

A luta pela moradia popular em São Paulo é tão antiga quanto o próprio processo de urbanização da cidade. Trata-se de uma sucessão de atos de resistência e busca de condições mínimas de sobrevivência no cenário precário e espoliador do espaço que foi se tornando o eixo da acumulação capitalista no país. Cenário este composto de: cortiços, porões, viadutos, casebre, barracos de favelas, casas precárias na periferia, acampamentos, invasões, conjuntos-embriões construídos pelo poder público, e tantas outras formas com que nos acostumamos a conviver na paisagem urbana.

Ainda, os movimentos de bairro foram assessorados por diversos segmentos:

Os moradores das periferias, das favelas, dos loteamentos clandestinos etc. foram assessorados nesta última década por profissionais liberais – médicos, advogados, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, etc -; por técnicos do aparelho estatal; por membros do clero, basicamente católico e algumas facções protestantes; por militantes de partidos políticos, legalizados ou proscritos; por sindicalistas; por estudantes e principalmente por militantes de outros novos movimentos sociais contemporâneos, como o Feminista, contra a Carestia etc.

Esse assessoramento deu-se por formas diferenciadas. O fator de união eram os interesses políticos comuns. Estes interesses se traduziam pela consciência da necessidade de lutas para fazer reconhecer os direitos dos oprimidos e marginalizados, pela busca de mudanças e transformações na direção de uma sociedade mais justa, mas igualitária, não discriminatória. Não se trata de um projeto de transformação social pronto e acabado, mas de algumas metas que delineiam o esboço deste projeto<sup>59</sup>.

Processo semelhante ao descrito por GOHN se deu no Jardim Graciosa. Ao longo dos anos houve diversas intervenções no local, no sentido de apoiar e assessorar a Associação. Por um lado, a pluralidade de ações é positiva, pois mostra o interesse de grupos e organizações em contribuir com a luta. Por outro, gera desconfiança e insegurança, vez que os moradores já estão cansados de receber tantos conselhos e não ver qualquer solução ao problema.

Fato é que, ao nosso ver, nenhum grupo (inclusive o projeto Direito e Cidadania) irá resolver a questão. A mobilização intensa e constante dos próprios

---

<sup>59</sup> GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. Pág. 57-58.

moradores é fator determinante para um desfecho justo<sup>60</sup>, mas a definitiva solução para a questão urbana, a irregularidade fundiária e a garantia plena dos direitos dos trabalhadores é a alteração radical da estrutura social.

Destaque-se a lucidez do manifesto do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) publicado na obra “Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba”, o qual transcrevemos:

Os pontos de vista do MNLM, em relação às perdas dos direitos humanos das pessoas que se submetem a viver nas áreas impróprias para seu habitat, na RMC, deixam claro que:

- a) A globalização trouxe mais pobreza e piorou a situação ora existente, levando as pessoas à exclusão total (...) dentro desse projeto, a moradia é sinônimo de mercadoria e não de direito, fazendo com que o Estado, nas três esferas de governo, se omita de suas responsabilidades, obrigando as pessoas a irem cada vez mais viver nas periferias da periferia das regiões metropolitanas.
- b) De fato, hoje, a realidade nas ocupações é de total descaso e calamidade, sem saneamento básico, água e luz. 90% das famílias são desempregadas, disputando a economia informal, sem o mínimo de garantias, fazendo parte do exército dos 52 milhões de brasileiros excluídos, que passam fome.
- c) Hoje, o Brasil tem um déficit habitacional de 17 milhões de unidades, com mais de 6 milhões de unidades vazias, que não cumprem com sua função social, ficando ao luxo da especulação imobiliária.
- d) Só em Curitiba, que se diz “Capital Social”, existem mais de 200 áreas ocupadas irregularmente, sendo que um grande número destas estão com pedido de reintegração de posse (...)
- e) Para contrapor toda essa crueldade e violação de direitos humanos, o MNLM apresentou seu projeto de construção de moradias populares e sua concepção de reforma urbana, porque sabe que não adianta a oferta da “casa pela casa”, e sim que é necessário repensarmos a organização socioeconômica e política dos bairros novos que precisam ser projetados<sup>61</sup>

Os membros da Associação de Moradores do Jardim Graciosa possuem alguma clareza desse contexto maior, da especulação imobiliária e da luta mais ampla. No entanto, atualmente, a luta ainda é local e marcadamente econômica,

---

<sup>60</sup> Conforme apontaremos ao final do trabalho, no processo de gestação e formulação dessa monografia, diversos episódios aconteceram no Jardim Graciosa. No momento da conclusão do texto, em novembro de 2011, a associação encontra-se muito enfraquecida e desmobilizada. A maioria dos moradores, devido à insuportável pressão e ao receio de sofrer um despejo violento e não receber qualquer indenização na saída, está disposta a vender suas casas para uma empresa, que ninguém sabe ao certo qual é, mas que pagará um valor razoável pelas posses.

<sup>61</sup> SANTOS, Hilma de Lourdes. Mobilização na RMC. Depoimento – Movimento Nacional de Luta pela Moradia. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital, 2009. Pág. 127.

cuja pauta principal é a regularização fundiária e a consequente conquista do direito à moradia.

A questão ambiental também é bandeira da associação, pois eles sabem que o alibi do Estado para removê-los de lá é o discurso de proteção ao meio ambiente. Não faltam esforços dos moradores para provar, todos os dias para a opinião pública, que eles preservam o meio ambiente e que, se eles não estivessem no local, a área já estaria totalmente degradada<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> A Associação de Moradores já produziu fotos, documentos e até um documentário mostrando como há cuidado e respeito ao meio ambiente por parte de todos. O último documentário foi produzido em 2011 pela Associação de Moradores, em parceria com o Núcleo de Comunicação e Educação Popular – NCEP, projeto de extensão de estudantes do setor de comunicação da UFPR.

## 2. CIDADES: O DIREITO À MORADIA E O MEIO AMBIENTE

A cidade é o espaço onde se reproduzem as relações de produção e consumo, onde ocorre a concentração de pessoas, caracterizando-se como um espaço do mercado e, ao mesmo tempo, uma mercadoria.

É, portanto, um espaço de conflito e palco das contradições inerentes ao sistema Capitalista. Henri Lefebvre, ao discorrer sobre a história da formação das cidades na Europa, em especial no início da modernidade, ilustra bem a importância da cidade e como esse espaço é conflituoso:

A Cidade predomina, e, no entanto, não é mais com na Antiguidade, a Cidade-Estado. Três termos se distinguem: a sociedade, o Estado e a Cidade. Nesse sistema urbano, cada cidade tende a se constituir em sistema fechado, acabado. A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede a luta de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. (...) esse grupos rivalizam no amor pela sua cidade.<sup>63</sup>

Segue o autor, demonstrando a heterogeneidade da cidade:

A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade<sup>64</sup>

Tendo em vista esse panorama, da cidade enquanto local de conflito, passamos a analisar o direito à moradia, o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado, o suposto conflito entre tais direitos e as soluções que o direito pretende dar a tal embate.

### 2.1 A QUESTÃO URBANA

---

<sup>63</sup> LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Pág. 13.

<sup>64</sup> LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Pág. 22.

A chamada Questão Urbana pode ser entendida como o problema das cidades e do urbanismo. É uma questão, algo a ser estudado e, em tese, resolvido, solucionado. O estudo do problema urbano, portanto, abrange a análise de elementos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais que permeiam a formação, produção e reprodução das cidades e do meio urbano.

As obras que tratam da Questão Urbana versam sobre o histórico da urbanização (tanto no mundo, quanto em espaços determinados) sobre os conflitos sociais existentes no seio das cidades, a reforma urbana, as relações entre capital, trabalho e espaço urbano, dentre outros vários temas<sup>65</sup>.

Manuel CASTELLS, em sua obra “A Questão Urbana”<sup>66</sup>, abrange o processo histórico de urbanização tendo em vista o desenvolvimento do Capitalismo, a ideologia urbana, a estrutura urbana e a política urbana. O autor conclui que a Questão Urbana, e como ela é tratada pela academia, é uma questão ideológica, e que deve ser analisada tendo em vista as condições concretas em que ela surge e se desenvolve:

É tão pouco possível fazer uma análise do espaço “em si” quanto fazer uma análise do tempo... O espaço como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social: a econômica, a política, a ideológica e a conjuntura das relações sociais que dela resulta. O espaço portanto é sempre uma conjuntura histórica e uma *forma* social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele. O espaço é suscetível de produzir, em troca, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, devido à forma particular de articulação das instâncias entre si.

A compreensão da estrutura espacial passa por sua caracterização, sua decomposição e sua articulação, nos termos próprios à teoria geral das formações sociais. Assim é preciso analisar o espaço econômico, político-jurídico, ideológico, especificando de maneira precisa essas categorias com relação ao domínio em questão, e deduzir disso as *formas* (conjunturas espaciais) a partir dos elementos assim enunciados.

O tema do “urbano” parece conotar os processos de reprodução simples e ampliada da força de trabalho, enfatizando as condições específicas de sua realização. Mais concretamente, nas sociedades capitalistas avançadas, assistimos a uma coletivização crescente das condições subsequentes a estes processos, já que existe uma interpenetração técnico-social das produções e atividades que aí se fazem necessárias e já que a concentração dos meios de produção e de sua gestão leva a uma concentração paralela dos meios de consumo. Em tal situação, o urbano

---

<sup>65</sup> ALMEIDA, Fernando Lopes de Almeida (Org). **A questão urbana na América Latina – textos**. Rio De Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

<sup>66</sup> CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.



não remete apenas a uma forma espacial, mas exprime a organização social do processo de reprodução.<sup>67</sup>

No Brasil, segundo Benício SCHMIDT e Ricardo FARRET, a Questão Urbana se constitui no processo de modernização e de adaptação da nossa sociedade ao sistema Capitalista internacional:

A questão urbana no Brasil se constitui ao longo do processo mais geral de urbanização que integrou todas as regiões do país, através da modernização e do ajustamento ao sistema capitalista internacional. Historicamente, o desenvolvimento global do país esteve sempre vinculado a sua urbanização, na medida em que foram as cidades os centros propulsores do crescimento e diversificação da economia nacional, especialmente a partir do século XIX<sup>68</sup>

Os autores aduzem que, a partir da década de 30, a ruptura do modelo agroexportador - com a consequente emergência da burguesia comercial e industrial, a centralização das funções políticas e decisórias e a participação do Estado nas esferas econômicas e social - impulsionou a urbanização brasileira.

A partir da década de 50 e principalmente após os anos 60, a cidade adquire importante papel no desenvolvimento do país, vez que passa a ter que absorver toda a população que deixa o campo rumo às cidades, tendo em vista o modelo excludente implantado no meio rural<sup>69</sup>.

O crescimento da população urbana, de acordo com dados apresentados pelos autores, foi bastante grande a partir desse período. Em 1940 a população urbana representava 31,2% da população total, porcentagem que aumentou para 45,1% em 1960. Na década de 60 as cidades de 100 mil habitantes abrigavam 21% da população, enquanto que, em 1940, apenas 12% da população vivia nesses locais.

E com relação ao crescimento das cidades, em 1940, 7,7% da população vivia em cidades de mais de 500 mil habitantes, e em 1980, essa porcentagem

---

<sup>67</sup> CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. Pág. 539.

<sup>68</sup> FARRET, Ricardo; SCHMIDT, Benício. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. Pág. 14

<sup>69</sup> FARRET, Ricardo; SCHMIDT, Benício. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. Pág. 7.

chegou a 16,2%. Tais dados indicam as primeiras manifestações de metropolização brasileira<sup>70</sup>.

Com o crescimento populacional, o êxodo rural e a ocupação desordenada da cidade, surge um conjunto de problemas e desafios que, juntos, compõem a chamada questão urbana.

### **2.1.1 A PROPRIEDADE PRIVADA COMO EMPECILHO À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA**

A propriedade privada da terra, ao contrário do que a ciência tradicional e o senso comum propagam, não é algo natural nem universal, é uma construção moderna, que surgiu numa conjuntura específica para atender interesses e situações bastante determinados:

A ideia de apropriação individual, exclusiva e absoluta, de uma gleba de terra não é universal, nem histórica nem geograficamente. Ao contrário, é uma construção humana localizada e recente. Esta e Direito modernos começaram a surgir na Europa lá por volta do século XIII, talvez antes, teorizados a partir do século XVI com as informações fantásticas que traziam de cada parte do mundo as caravelas dos aventureiros, conquistadores e mercadores. (...) o desenvolvimento da concepção de propriedade atual foi sendo construída com o mercantilismo, com trezentos anos de elaborações teórica controvertida e incerto desenho (séculos XVI, XVII e XVIII), baseados na prática e na necessidade das classes sociais nascentes<sup>71</sup>

A ideia de propriedade arraigou-se de tal forma na sociedade e na subjetividade do povo, que se tornou algo aparentemente natural, que sempre existiu e que sempre existirá dessa forma<sup>72</sup>. Ser sujeito de direitos, na sociedade capitalista,

---

<sup>70</sup> FARRET, Ricardo; SCHMIDT, Benício. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. Pág. 18.

<sup>71</sup> MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003. Pág. 17-18.

<sup>72</sup> Aqui faz-se referência à ótima metáfora trazida pelo Professor Sérgio Said Staut Junior na cadeira “Relações de Pertencimento”, lecionada no primeiro semestre de 2011 na UPR. Desenhos animados estadunidenses, que fizeram sucesso no Brasil na década de 90, ilustram a naturalização e universalização da propriedade privada. “Os Flintstones” são uma família da “idade da pedra” que vive como uma família pequeno burguesa do século XX. Tem uma casa própria, um carro, o pai de família trabalha fora, usa gravata e dirige o carro próprio. Por outro lado “Os Jetsons” são uma família que vive “no futuro”, não se sabe ao certo em que ano. Mas é, também, uma família burguesa, que vive em uma casa própria, dirige carro individual (carros voadores, é verdade, mas carros, como os nossos e aquele dirigido pelos Flintstones). Os Flintstones, no tempo dos dinossauros, e os Jetsons,

significa ser proprietário. Mais ainda, é requisito para ter e exercer direitos, ser proprietário.

A propriedade é, portanto, uma confusão entre sujeito e direito. Paolo GROSSI, destaca que a propriedade moderna é

Simples como é o sujeito, realidade unilinear sobre a qual se modela e da qual é como que a sombra no âmbito dos bens; abstrata como o indivíduo liberado da nova cultura, do qual quer ser uma manifestação e um meio validíssimo de defesa e de ofensa. É nesta transcrição ao sujeito que ela reclama a sua unidade e a sua indivisibilidade: uma e indivisível como ele, porque como ele é síntese de virtude, capacidade e poderes. Uma transcrição tão aderente a ponto de parecer quase uma fusão: a propriedade é somente o sujeito em ação, o sujeito à conquista do mundo. Idealmente, as barreiras entre mim e meu caem<sup>73</sup>

Os sujeitos inseridos na sociedade capitalista internalizam a propriedade privada como algo sagrado e absolutamente individual, gerando intensos conflitos.

A propriedade privada da terra e dos bens de produção, dentre outros elementos, permite a continuidade do sistema capitalista e a dominação do homem pelo homem. As relações humanas tornam-se relações entre proprietários.

A concretização de direitos básicos é impossível se mantida a propriedade como algo absoluto e acima de quaisquer outros direitos<sup>74</sup>.

No Jardim Graciosa resta patente como a propriedade privada gera desagregação e impede a efetivação do direito à moradia. A forma como os diversos

---

“no futuro”, vivem em sociedades absolutamente idênticas, que possuem os mesmos valores e a mesma estrutura. Reforça-se a idéia de que a propriedade, como a concebemos hoje, sempre existiu, e sempre existirá, exatamente da mesma forma, dos Flintstones aos Jetsons.

<sup>73</sup> GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Pág. 82.

<sup>74</sup> Milhares de famílias no meio rural tem diariamente seu direito fundamental de possuir um local adequado para morar e de ter meios de subsistência que garantam a sobrevivência digna negados em detrimento da defesa absoluta da propriedade privada. Latifúndios improdutivos tornam-se terra morta, onde nada se planta nem se colhe, além de, do ponto de vista pragmático, serem um desfavor à economia nacional. Mas a propriedade privada de 1 indivíduo reina soberana sobre o direito de centenas de outros sujeitos, com a benção do Estado, por meio do judiciário e do direito. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 constatou que as grandes propriedades, assim consideradas aquelas com mais de 1000 hectares, equivalem a 43% das terras agricultáveis no Brasil. O índice que mede a concentração de terras, o Gini, divulgado em 5 de novembro de 2009 pelo IBGE, é de 0.854 pontos. De acordo com dados do INCRA, 1% dos estabelecimentos agrícolas abrange 45% das terras, sendo que o Brasil é o 2º país em concentração de terra, ficando atrás apenas do Paraguai. Esses dados revelam que o Brasil continua a ser um país do latifúndio e da exclusão. A estrutura agrária nunca foi efetivamente alterada ao longo de nossa história, pois nunca, ao longo de nossa história, propusemos o fim ou, ao menos, a relativização do direito individual de propriedade.

atores envolvidos no local tratam a questão, baseados na idéia da propriedade individual e inviolável, impede que as pessoas tenham segurança e acesso a outros direitos fundamentais.

O primeiro grupo é o dos próprios moradores. Nascidos e criados nessa sociedade internalizaram os valores e as práticas que a conformam, cada um defendendo a propriedade privada e individual, mesmo não sendo proprietários. Claro, não poderia ser diferente, pois o homem é fruto do meio em que vive e forma sua consciência a partir de suas experiências concretas. Nas palavras de ENGELS e MARX: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”<sup>75</sup>.

Os moradores são, não obstante a tentativa de coletivização das discussões e das ações, por meio da associação, individualistas e buscam, em situações extremas, a realização de suas necessidades individuais, mesmo que em detrimento da coletividade. Por exemplo, nunca surgiu a proposta da constituição de uma forma de apropriação coletiva daquele espaço, ou propostas que superem minimamente a lógica proprietária. Por outro lado, quando houve a movimentação para a propositura de ações de usucapião individuais, houve grande procura pela associação de moradores. Todos ali buscavam garantir, individualmente, a titulação de seus lotes, sem se importar efetivamente com os demais.

Tal posicionamento dos ocupantes perante a propriedade e a situação em que vivem é absolutamente compreensível e não podemos, de forma alguma, apontá-los como responsáveis ou culpados pelo conflito fundiário no Jardim Graciosa. No entanto, a mentalidade e a postura proprietária dos próprios posseiros é mais um obstáculo para que o direito à moradia deles mesmos seja garantido.

Há, também, aqueles que compraram as terras quando do loteamento, os proprietários, aqueles que seriam, de acordo com a Prefeitura e com o estudo da Vertrag, os únicos legitimados a receber tratamento digno de alguém que é sujeito de direitos.

---

<sup>75</sup> ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. E-book. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>.

Os proprietários, amparados pelo ordenamento jurídico e pela noção de que, “quem pagou pela coisa, tem direito a ficar com ela”, conformam, também, um grupo que obsta o direito à moradia dos posseiros.

Interessante ressaltar, porém, que tampouco são os proprietários os responsáveis pela situação de conflito. Muitos deles são pessoas simples, mas, também, com o discurso proprietário internalizado e com um sentimento de injustiça em face dos moradores. É o grupo que, manipulado pela Prefeitura, se coloca em explícito e frontal embate com os moradores<sup>76</sup>.

Finalmente há o capital imobiliário, um dos grandes promotores da política urbana vigente, que atua de forma decisiva na tomada de decisões. Esse sim, representante legítimo do Capitalismo, defensor e reproduzidor da propriedade privada da terra e de todos os meios de produção, não tem qualquer interesse na concretização do direito à moradia dos posseiros do Jardim Graciosa. Pelo contrário. A ele interessa a retirada das pessoas pobres, para que a área se valorize e o preço do metro quadrado seja o mais alto possível.

E o Estado, como tentamos explicitar anteriormente, atende aos interesses desse segmento, legitima suas ações e trabalha para que sejam atingidos todos os objetivos da iniciativa privada. Quanto ao dever que possui de promover condições dignas de vida ao povo, ignora tal tarefa, não pela omissão, mas justamente por sua ação, ao promover demandas judiciais de reintegração de posse, ao acusar os moradores de não cuidar do meio ambiente e de não fiscalizar a área corretamente, ao ameaçar os moradores através de seus agentes<sup>77</sup>, em última instância, ao autorizar, pelo Judiciário, e ao executar, por meio do aparato policial, despejos forçados e violentos.

---

<sup>76</sup> Em reunião realizada no Centro de Apoio dos Direitos Constitucionais, órgão do Ministério Público do Estado do Paraná, proprietários e moradores discutiram de forma inflamada, vez que os “donos” das terras acusavam os posseiros de terem invadido sua propriedade e de serem os culpados pelo conflito.

<sup>77</sup> Há diversos relatos de moradores que foram intimidados por funcionários da Prefeitura, inclusive por procuradores do município, que sempre os trataram como invasores que agem incorretamente e que serão, fatalmente removidos da área. Ainda, casas foram incendiadas, não se sabe por quem (os moradores iniciaram uma movimentação para fazer denúncias a diversos órgãos públicos para apurar a responsabilidade por esses atos criminosos), mas a ação, certamente, teve por objetivo amedrontar e ameaçar os posseiros.

A propriedade privada, portanto, defendida e internalizada por todos os atores presentes no Jardim Graciosa – moradores, proprietários, capital imobiliário e Estado – é um empecilho à efetivação do direito à moradia.

Os moradores não concordam com soluções coletivas e querem, cada um, ter sua propriedade individual e sagrada. Os proprietários, obviamente, querem ver garantido seu direito de serem donos de fato da área que compraram. O capital imobiliário necessita da propriedade privada e utiliza o discurso proprietário como argumento para a retirada dos atuais moradores. E o Estado, por sua vez, legitima e defende a propriedade e os interesses privados, em detrimento de direitos da população, marcadamente o direito à moradia.

### 2.1.2 A SITUAÇÃO DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Curitiba é uma cidade que se projetou, ao longo dos anos, como “cidade-modelo”, exemplo de organização urbana a ser seguido por outras cidades do país e do mundo:

Do “laboratório de experiências urbanísticas” dos anos 70 à Capital ecológica dos anos 90, a cidade de Curitiba conseguiu projetar, ao longo de todos estes anos, uma imagem extremamente positiva da sua gestão urbana, fato que, afinal, terminou por alçá-la à condição de modelo para todo o país<sup>78</sup>

No entanto, como a própria existência do Jardim Graciosa comprova, a cidade de Curitiba e seus entornos não são aquilo que os políticos e publicitários dizem ser. Conforme explicita Dennison DE OLIVEIRA, a cidade modelo “É um discurso que se tornou hegemônico”<sup>79</sup>, mas que não reflete o que de fato é a realidade.

A história da urbanização de Curitiba é reveladora de como o planejamento da cidade gerou, ao longo dos anos, o distanciamento das classes sociais segundo o local em que vivem. A chamada segregação sócioespacial é, em verdade, marca da cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

---

<sup>78</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 15

<sup>79</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 16

O primeiro plano urbanístico de Curitiba foi o chamado “Plano Agache”, implementado durante o Estado Novo. Tratava-se de um plano federal, que foi aplicado em todas as cidades brasileiras:

Por desconsiderar as relações sociais, o Plano Agache não era municipal nem regional, mas federal: um conjunto de propostas genéricas, aplicáveis em qualquer capital do Brasil. Os urbanistas pressupunham a harmonia presente em Curitiba, cidade pacificada, com cada classe em seu lugar, como deveriam ser a Pátria e todas as outras cidades do país. O civismo estadonovista confundia-se com a adoração da ditadura<sup>80</sup>

O Plano previa uma organização radial-perimetral, e o mapa de Curitiba se assemelhava muito à figura de um caracol:

O esquema geral do Plano agache pretendia conter a área urbana de Curitiba num círculo sulcado por avenidas concebidas a partir de noções trigonométricas: avenidas *radiais* (raios), avenida *diametral* (diâmetro) e avenidas *perimetrais* (perímetros). Avenidas radiais uniriam o núcleo às bordas da área urbanizada; uma grande avenida diametral atravessaria todo o conjunto, passando pelo Centro (...) as avenidas e o zoneamento compunham a parte mais importante do Plano Agache (...) Os interstícios entre as quatro avenidas perimetrais demarcariam quatro grandes zonas, com uma diminuição progressiva do valor dos impostos cobrados e do tamanho dos edifícios permitidos, como se a área urbana de Curitiba se dissolvesse num degradé progressivo (...) <sup>81</sup>

A proposta sofreu diversas críticas, foi implementada apenas em partes e, com o fim da ditadura Vargas, o Plano Agache perdeu sua força e mostrou-se insuficiente.

De qualquer maneira, tendo ou não sido implementado completamente, o Plano revela a intenção, que mais tarde foi eficientemente cumprida<sup>82</sup>, da criação de grandes avenidas e corredores de ônibus que separam a cidade e as pessoas, possibilitando que os ricos residentes de bairros nobres estejam afastados dos bairros pobres. A própria existência de bairros ricos e bairros pobres já revela a violenta segregação no espaço.

---

<sup>80</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba.** São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 53.

<sup>81</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba.** São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 48

<sup>82</sup> Vide a recente criação da linha verde.

Após o relativo fracasso do Plano Agache, aplicou-se em Curitiba o Plano SAGMACS, encabeçado pelo francês Lebrete. A SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais) foi fundada no Brasil por Lebrete em conjunto com estudantes católicos, e trazia a marca de ter alguma sensibilidade para as questões sociais<sup>83</sup>. A Sociedade desenvolveu o chamado “Plano de Desenvolvimento do Paraná” que, dentre outros pontos, trazia uma proposta de planejamento urbano para o estado, com alguma preocupação social e levando em conta a situação da moradia<sup>84</sup>. Curitiba foi objeto do plano, vez que o grupo constatou que a cidade “não dispunha da *estrutura* de uma capital”<sup>85</sup>.

Do Plano SAGMACS resultaram a criação da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS), em 1964, e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1965. Ainda, o plano ao prever um distrito de indústrias, anteviu a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que foi inaugurada em 1975.

O planejamento urbano em Curitiba teve início em 1961-1962, inicialmente com a atuação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962 e, posteriormente, com a entrega do Plano SAGMACS<sup>86</sup>.

O plano preliminar de Urbanismo de Curitiba, futuro plano Wilhelm-IPPUC foi custeado por um sistema estadual de financiamento de planos urbanísticos, criado em 1964, por recomendação do Plano SAGMACS. Nesse momento, de acordo com IRÃ DUDEQUE, “o planejamento urbano estava instituído e legislado no Paraná”<sup>87</sup>

O Plano Wilhelm-IPPUC<sup>88</sup>, transformado em lei em 1966, traz os conceitos de linearização e cidade linear, com a intenção de se criar eixos estruturais que

---

<sup>83</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 94-95

<sup>84</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 110.

<sup>85</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 110.

<sup>86</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 113.

<sup>87</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 114.

<sup>88</sup> Interessante notar que, segundo relata o autor, a construção do novo plano urbanístico de Curitiba foi precedido por seminários “abertos ao povo”. O convite foi enviado a entidades de representação classista (engenheiros, advogados, comerciantes, membros da burocracia estatal, dentre outros), mas inexistia a real possibilidade de participação e intervenção na formulação do novo plano. Tal situação faz lembrar as conferências da cidade de Curitiba, em que os movimentos sociais e a



conformariam eixos secundários. Primeiramente foram previstos quatro eixos estruturais e, na década de 70 expandiu-se a proposta, com a criação do quinto eixo estrutural<sup>89</sup>. Esse plano foi efetivamente implementado e consolidado em Curitiba durante décadas, e conformou a cidade como a conhecemos hoje.

Em 1970 Haroldo Leon Peres foi nomeado pela ditadura governador do Paraná. Nesse momento havia uma disputa entre os engenheiros da URBS (que ignoravam o plano Wilhelm-IPPUC e propunham uma cidade mais rígida) e os arquitetos do IPPUC (que se propunham a aplicar o plano com todo seu ímpeto)<sup>90</sup>. Para salvar o plano, Leon Peres nomeou Jaime Lerner prefeito de Curitiba<sup>91</sup>, e em 1971 teve início o programa denominado “Nova Imagem de Curitiba”:

O programa “Nova Curitiba abrangia sinalização de trânsito, reprodução e consolidação de sinais internacionais, padronização e suporte das placas, informações orientadoras, nomenclatura urbana, transporte público, pintura de veículos, placas de parada e indicação dos roteiros, uniformes dos condutores, a orientação da estação ferroviária, placas com informações orientadoras, programação visual e organização visual dos setores da prefeitura, logotipos, prospectos turísticos, prospectos a respeito do que se planejava na cidade, cartazes promocionais, uso do espaço urbano, normatização de telefone, abrigos, sanitários, cestas de lixo, cadeiras para engraxate, bancos de praça e equipamentos para comércio ao ar livre<sup>92</sup>

Nesse momento teve início a chamada “era Lerner” e a campanha de Curitiba como cidade modelo.

---

sociedade civil, quando conseguem formalmente participar, não conseguem, efetivamente, participar. Prova disso é que os movimentos sociais da cidade conseguiram invalidar a 3ª Conferência Municipal de Curitiba no ano de 2007 pelo fato de a Prefeitura obstar a participação popular, levando o processo de forma autoritária e antidemocrática. Sobre o episódio ver a notícia em [www.terradedireitos.org.br/biblioteca/noticias/movimentos-sociais-conseguem-invalidar-a-3a-conferencia-municipal-da-cidade-de-curitiba-2](http://www.terradedireitos.org.br/biblioteca/noticias/movimentos-sociais-conseguem-invalidar-a-3a-conferencia-municipal-da-cidade-de-curitiba-2). Acesso em 11/11/11.

<sup>89</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 147.

<sup>90</sup> Ao que nos parece, esse entrevero entre técnicos não envolvia um debate profundo ou uma contradição entre modelos de cidade. No fundo, as divergências eram superficiais, pois a estrutura e as funções da cidade continuariam as mesmas: uma cidade excludente e a serviço da reprodução do sistema de produção capitalista.

<sup>91</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 196.

<sup>92</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 211.

De 1975 a 1979 (gestão do Prefeito Saul Raiz) e de 1982 a 1986 (segundo mandato de Jaime Lerner na prefeitura), houve a continuidade da aplicação do plano, com a implantação do sistema integrado de transporte público e reafirmação da idéia de “subcentros”.

Em 1982 Maurício Fruet foi nomeado Prefeito pelo então governador José Richa e, em 1986, Roberto Requião assumiu a prefeitura.

Com críticas ao plano Wilhelm-IPPUC, a nova gestão concluiu, em 1988, último ano do mandato de Roberto Requião, o “Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMDU: Estrutura Policêntrica de Curitiba”<sup>93</sup>, contestando o caráter tecnicista do plano anterior e as ideias de eixos estruturais e de “vida em linha”.

Surgiu, então, a proposta da cidade como rede, com o fortalecimento dos subcentros, que englobariam centros ainda menores, chamados “pólos de atração”<sup>94</sup>, e com a valorização de espaços de sociabilidade.

O plano não chegou a ser posto em prática, vez que acabou o mandato de Roberto Requião no ano em que o plano foi finalizado.

Em 1989 tem início o terceiro mandato de Jaime Lerner e dá-se continuidade ao plano de projetar Curitiba como modelo de urbanismo, transporte público e proteção ao meio ambiente. Projeto esse que teve continuidade na gestão de Rafael Greca (1993-1996) e seguintes (Cássio Taniguchi, de 1997 a 2004), Beto Richa (2005-2010) e Luciano Ducci (2010-2012):

Sobre o projeto de Lerner, Dennison DE OLIVEIRA concluiu:

Do ponto de vista da espetacularização do Urbano os resultados são animadores. A cidade reatualizou seu mito de vanguarda urbanística, reforçou sua vocação turística e, talvez, o mais importante, conferiu à administração pública uma imagem de eficiência e agilidade administrativa, projetando seus titulares nacional e internacionalmente. A política ecológica, pilar de todo o esforço administrativo dessa gestão, também rendeu dividendo espetaculares, ainda que seus resultados concretos sejam bastante discutíveis.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 299.

<sup>94</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010. Pág. 303.

<sup>95</sup> Transcrição pág. 60.

Jaime Lerner governou o Paraná de 1995 a 2002, Roberto Requião de 1991 a 1994 e, depois, de 2002 a 2010. Por vinte anos tivemos os mesmo sujeitos no governo do Estado. Na prefeitura de Curitiba, os grupos de um e outro se alternaram no comando da cidade e não houve qualquer ruptura no modelo de planejamento urbano e de organização do espaço da cidade, sendo que as soluções apresentadas por Lerner na década de 70 ainda são as propaladas e aplicadas:

No não dito, fica a clareza: os problemas fundamentais de 1970 ainda são os de 2000, tornando-se impossível deixar de relatá-los. Mas mais que os problemas fundamentais da cidade, o não-dito diz que, para a dinastia lerniana, não há dúvidas que o caminho anteriormente trilhado é o correto: o Plano Diretor de Curitiba, que ao ser criado cria o IPPUC, é ainda a solução para a Curitiba do início do século XXI<sup>96</sup>

Curitiba se constituiu como uma cidade que aparentemente é limpa, organizada, com transporte público eficiente, democrática e ecológica. No entanto essa imagem é um mito, pois, novamente segundo Dennison DE OLIVEIRA, a qualidade do ar está abaixo da de Araucária, onde se localiza a indústria petroquímica; apenas 10,5% do lixo recolhido é separado (de acordo com as otimistas estatísticas oficiais, contestadas pela sociedade civil organizada); a política de preservação do patrimônio histórico é um fracasso; o trânsito em Curitiba é violentíssimo, contabilizando 700 mortes por ano<sup>97</sup>.

Destaque-se a falta de democracia na gestão da cidade e na tomada de decisões referentes às políticas sociais em Curitiba, apontada por Marcos Bittencourt FOWLER, Denise Arruda COLIN e Sandra MANCINO:

O formato de administração instituído vem acompanhado de um discurso de participação popular que, na prática, se traduz em reuniões comunitárias de apresentação de projetos, com utilização de alta tecnologia, organizada de forma a não possibilitar discussões e questionamentos sobre o conteúdo das propostas apresentadas pelo governo, buscando apenas o referendo da população, como no caso das audiências públicas de apresentação do

---

<sup>96</sup> DIAS, Solange Irene Smolarek. **A arquitetura do desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba**. Cascavel: Assoeste, 2006. Pág. 123.

<sup>97</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 182.

Plano Diretor de Curitiba e do Projeto de Regularização de área de ocupação, ou ainda da discussão do orçamento para o exercício financeiro de 2003, quando a prefeitura impetrou pedido judicial de suspensão da reunião<sup>98</sup>

Ainda, com relação à política de moradia, os mesmo autores destacam que a Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) funciona como um agente privado, uma imobiliária para pessoas de baixa renda, sem efetivamente concretizar políticas públicas e universais de acesso à moradia adequada:

Nesse sentido, no que se refere ao atendimento da demanda da população vítima de maior grau de exclusão social, a Companhia voltou suas atividades para a intermediação de aquisição de terrenos urbanos em loteamentos de interesse social, na maioria das vezes já ocupados, ou, ainda, apenas ao cadastramento de moradores de áreas irregulares, cobrando destes taxas mensais de ocupação, através de um contrato que atualmente é objeto de questionamento judicial, posto que prevê um pagamento por período de sete ano, gerando uma expectativa de direito de propriedade que não se efetiva ao final da quitação, além de não regularizar o loteamento. Com essa nova perspectiva, acabou por se caracterizar como mais uma instituição que funciona com as mesmas regras do mercado imobiliário<sup>99</sup>

Enfim, Curitiba é, nos dizeres de militantes de movimentos sociais, um modelo de exclusão sócio-espacial, de violência e um exemplo de como a publicidade construiu, por meio do discurso e de imagens, algo que não existe. A cidade esconde seus pobres, sua favela e seu lixo na periferia e na Região Metropolitana: “assim, de certa forma pode-se dizer que a imagem de Curitiba só

---

<sup>98</sup> COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt; MANCINO, Sandra. **Globalização, municipalidades e direitos: o impacto na políticas sociais da Região Metropolitana de Curitiba.** In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital, 2009. Pág. 79.

<sup>99</sup> COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt; MANCINO, Sandra. **Globalização, municipalidades e direitos: o impacto na políticas sociais da Região Metropolitana de Curitiba.** In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital, 2009. Pág. 83

existe tal qual ela é precisamente devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa de sua manutenção”.<sup>100</sup>

A Região Metropolitana de Curitiba, espaço onde se localiza o Jardim Graciosa, foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14/73 e compreendia 14 municípios. Com o tempo foi sendo alterada e ampliada até chegar, atualmente, aos 26 municípios, com a inclusão da Lapa, por meio da Lei Estadual nº 13.512/2002<sup>101</sup>. A área total da Região Metropolitana é de 15,5 mil quilômetros quadrados e a população saltou de 907.391 habitantes na década de 70 para os atuais 2.768.394 habitantes.<sup>102</sup>

Na década de 70 houve, segundo Rosa MOURA, uma transformação do perfil econômico do Paraná, com a industrialização concentrada na Região Metropolitana de Curitiba<sup>103</sup>, com destaque para a indústria automobilística:

A Região Metropolitana de Curitiba, e mais particularmente o aglomerado metropolitano, foi receptora de amplo pacote de investimento centrado na indústria automobilística, o que propiciou diversificação intra-industrial no gênero de material de transporte, que, além de caminhões e ônibus, passou a incluir a produção de utilitários e automóveis de passeio, carregando uma série de fornecedores de primeira camada. Tais investimentos contribuíram para uma especialização da indústria metalmeccânica e química, dado o decréscimo de importância do complexo agroindustrial e madeireiro, com deslocamento de parte do potencial de crescimento destas atividades para outras regiões do Estado<sup>104</sup>

Ao longo dos anos a Região Metropolitana foi sendo caracterizada, dentre outros aspectos, por possuir piores condições de vida do que as da metrópole:

---

<sup>100</sup> DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000. Pág. 182.

<sup>101</sup> Dados da COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em 18-11-2011.

<sup>102</sup> Dados da COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>. Acesso em 18-11-2011.

<sup>103</sup> MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Pag. 20.

<sup>104</sup> MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Pág. 46.

A noção de periferia refere a um lugar longe, afastado de algum ponto central. Esse entendimento meramente geométrico não representa a verdadeira relação entre o centro e as periferias das cidades. Neste caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas, sim, revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre os moradores dessas partes da cidade<sup>105</sup>

Dados demonstram que a Região Metropolitana de Curitiba possuiu indicadores sociais bastante críticos<sup>106</sup>.

A análise da renda familiar na Região Metropolitana de Curitiba revela a distância entre os municípios periféricos e a cidade pólo:

Os estudos sobre a condição de vida da população tem demonstrado que, enquanto se observam avanços importantes relacionado à provisão de bens e serviços públicos, os indicadores relativos à inserção ocupacional e à disponibilidade de renda apontam para situações mais críticas, associadas ao aumento do desemprego e informalidade, queda no nível dos rendimentos e manutenção dos elevados níveis de desigualdade na sua distribuição. O Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 confirma esse quadro, demonstrando que a maior diferença entre os municípios, no caso paranaense, diz respeito ao componente renda, o qual, em grande medida, decorre das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

A RMC possuía, em 2000, aproximadamente 829 mil famílias, das quais 13,3% com rendimento até meio salário-mínimo, podendo-se considerá-las em situação de pobreza<sup>107</sup>

A moradia é um dos principais problemas identificados por Rosa MOURA e Ana Lúcia RODRIGUES. A verificação leva em conta fatores como propriedade da terra e adequação fundiária, densidade dos moradores e adensamento em dormitório, iluminação, saneamento básico, segurança, conforto e saúde, coleta de lixo, abastecimento regular de água:

---

<sup>105</sup> ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole - Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994. Pág. 37.

<sup>106</sup> Destaque-se a constatação de Mike DAVIS que os pobres do mundo estão se concentrando nas periferias: "A maioria dos pobres do mundo não mora mais em bairros pobres no centro da cidade. Desde 1970, o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas das periferias das cidades do Terceiro Mundo". DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. Pág. 46.

<sup>107</sup> MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Pág. 46. Pág. 69.

A precariedade da moradia, assim entendida não apenas a unidade habitacional em si como também as condições de infra-estrutura de serviços urbanos a ela vinculadas, é um dos mais graves problemas sociais a ser enfrentado em áreas urbanas, principalmente nas aglomerações metropolitanas. A RMC concentra aproximadamente um terço dos domicílios particulares permanentes do Paraná e apresenta um déficit habitacional da ordem de 42,8 mil domicílios, correspondendo a 25,3% do déficit habitacional do Estado (IPARDES, 2004b)<sup>108</sup>

A irregularidade fundiária, uma das marcas da Região Metropolitana de Curitiba, é fonte de diversos conflitos, inclusive o que estamos a tratar nesse trabalho, gerando insegurança e instabilidade à população:

12,53% dos domicílios particulares permanentes urbanos localizados em áreas de integração muito alta com Curitiba não possuem [propriedade da terra. Dentre aqueles municípios que possuem baixo grau de integração com o pólo, 23,29% não possuem propriedade da terra. Do total dos domicílios particulares permanentes urbanos da RMC, 10,27% não possuem propriedade da terra<sup>109</sup>

Em 2005, segundo dados do IPPUC<sup>110</sup>, Curitiba possuía 341 áreas de ocupações irregulares, o que totaliza 62.267 domicílios. De 2000 a 2005, o crescimento anual de áreas de ocupações irregulares na cidade foi de 2,53%. Os movimentos sociais contestam esses números, que, segundo eles, estão subdimensionados.

As administrações regionais de Curitiba mais afastadas do centro possuem a maioria dos domicílios em aglomerados subnormais, o que afeta diretamente o uso e ocupação do solo na Região Metropolitana<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Pág. 46. Pág. 103

<sup>109</sup> MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Pág. 46. Pág. 95

<sup>110</sup> IPPUC. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Curitiba em dados – 2009**. Curitiba: IPPUC, 2009.

<sup>111</sup> As regionais de Curitiba são as seguintes: Bairro Novo, que concentra 14,74% das moradias irregulares de Curitiba, Boa Vista (2,6%), Boqueirão (4,59%) CIC (18,39%), Cajuru (16,08%), Matriz (1,7%), Pinheirinho (8,71%), Portão (7,87%), Santa Felicidade (3,89). Segundo dados oficiais, em Curitiba 7,88% dos domicílios estão em situação irregular.

O estudo “Dinâmica imobiliária na região metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole” explicita a relação existente entre a ocupação do solo na metrópole e nos municípios vizinhos. Ainda, as autoras revelam, através de dados, o processo de expansão da informalidade na região metropolitana da cidade:

A década de 1990 configurou uma nova lógica de organização do mercado imobiliário na RMC. De um lado, verificou-se a redução significativa na produção de lotes formais e, de outro, o crescimento das ocupações irregulares. Os dados apresentados na Tabela 5 demonstram que entre 1992 e 1998 houve um acréscimo significativo no número de domicílios em ocupações irregulares. Pode-se observar ainda que, em 1998, 65,89% da população residente em ocupações irregulares estava no pólo Curitiba, e os demais municípios do Aglomerado Metropolitano recebiam apenas 34,11% desse contingente, destacando-se Colombo (13,68%), Almirante Tamandaré (5,93%), Piraquara (5,20%), e São José dos Pinhais (4,75%). Levando-se em conta os dados acima apresentados, pode-se constatar o peso de Curitiba na dinâmica de produção de lotes irregulares no contexto do Aglomerado Metropolitano. Tendo como referência a versão preliminar do diagnóstico do “Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente”, elaborado em 2007 pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT, 2007), a Tabela 6 explicita a relevância da década de 1990 neste processo. Observa-se que entre 1987 e 1996 o número de ocupações irregulares em Curitiba passou de 87 para 167, e o de domicílios em ocupações irregulares de 11.929 para 33.778. Em 2005, quase uma década depois, as ocupações irregulares passaram a contabilizar 341, e o total de domicílios em ocupações irregulares 62.267<sup>112</sup>

Constata-se que Curitiba e Região Metropolitana estão em estrita conexão. A ocupação do solo é absolutamente desordenada, sendo que o número de áreas irregulares crescem a todo instante.

## 2.2 DIREITO À MORADIA

Após a segunda guerra mundial, segundo LEFEBVRE, com a crise social decorrente da crise do capital, a habitação, a questão de se ter um teto para morar, passa a ser um problema social na Europa:

---

<sup>112</sup> PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. **Dinâmica imobiliária na região metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole**. Disponível em [www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/trabalho\\_regularizacao.pdf](http://www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/trabalho_regularizacao.pdf)



Após a última guerra, todos sentem que o quadro das coisas se modifica em função de urgências, de coações diversas: impulso demográfico, impulso da industrialização, afluxo dos interioranos para Paris. A crise habitacional, confessada, verificada, transforma-se em catástrofe e corre o risco de agravar a situação política ainda instável. As “urgências” transbordam as iniciativas do capitalismo e da empresa privada, a qual, aliás não se interessa pela construção, considerada insuficientemente rendosa. O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos, com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos “novos conjuntos” e das “novas cidades”. Seria possível dizer que a função pública se encarregava daquilo que outrora entrava numa economia de mercado. Sem dúvida. Mas nem por isso a habitação se torna um serviço público. Por assim dizer, o direito à moradia afora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem”<sup>113</sup>

Nesse momento, de acordo com o autor, surge a consciência de que a moradia é um problema social, e o Estado passa a atuar no sentido de amenizar a situação, construindo casas e conjuntos habitacionais. No entanto, mesmo com o movimento do Poder Público, a moradia não se firma enquanto serviço público e direito universal, mas, contraditoriamente passa a integrar formalmente o rol de direitos fundamentais dos homens e mulheres.

O direito à moradia é reconhecido como direito fundamental em 1948 na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 25:

#### Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social<sup>114</sup>

Depois desse momento, diversos instrumentos internacionais passam a reconhecer e a criar mecanismos de proteção da moradia, destacando-se o Pacto

---

<sup>113</sup> LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Pág. 25.

<sup>114</sup> **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 10 out. 2011.

Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil em 1992. Em seu artigo 11.1 há previsão expressa à moradia adequada, e os Comentários Gerais nº. 4 e 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, interpretam referido dispositivo e complementam seu significado.

Dispõe o artigo 11 do PIDESC:

#### ARTIGO 11

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento<sup>115</sup>  
(...)

O Comentário Geral nº 4 buscou conceituar e detalhar o que é, de fato, uma moradia adequada, que possibilitaria à efetivação do direito à moradia. O conceito trazido pelo comitê é amplo, destacando-se que o direito à habitação está intimamente ligado com outros direitos fundamentais:

In the Committee's view, the right to housing should not be interpreted in a narrow or restrictive sense which equates it with, for example, the shelter provided by merely having a roof over one's head or views shelter exclusively as a commodity. Rather it should be seen as the right to live somewhere in security, peace and dignity. This is appropriate for at least two reasons. In the first place, the right to housing is integrally linked to other human rights and to the fundamental principles upon which the Covenant is premised. This "the inherent dignity of the human person" from which the rights in the Covenant are said to derive requires that the term "housing" be interpreted so as to take account of a variety of other considerations, most importantly that the right to housing should be ensured to all persons irrespective of income or access to economic resources. Secondly, the reference in article 11 (1) must be read as referring not just to housing but to adequate housing<sup>116</sup>

<sup>115</sup> BRASIL. Presidência da República. Decreto nº. 591, de 6 de julho de 1992. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_economicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm). Acesso em: 19 out. 2011.

<sup>116</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The right to adequate housing (Art.11 (1))**. CESCR General comment 4. (General Comments).

Disponível em:

[http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument).

Acesso em 19 out. 2011. Não foi possível encontrar o documento em português. Em tradução livre: Na opinião do comitê o direito à habitação não pode ser compreendido em um sentido estreito ou restritivo, que equivale, por exemplo, o abrigo decorrente de um teto para morar ou que considera o abrigo como mercadoria. Ao invés disso, deveria ser visto como um local para se viver em segurança, paz e dignidade. Isso é apropriado por, pelo, menos, duas razões. Em primeiro lugar, o direito à

Com a ressalva de que devem ser levadas em consideração peculiaridades regionais, políticas, sociais e culturais, o comitê traz os elementos que constituem a moradia adequada:

Thus the concept of adequacy is particularly significant in relation to the right to housing since it serves to underline a number of factors which must be taken into account in determining whether particular forms of shelter can be considered to constitute "adequate housing" for the purposes of the Covenant. While adequacy is determined in part by social, economic, cultural, climatic, ecological and other factors, the Committee believes that it is nevertheless possible to identify certain aspects of the right that must be taken into account for this purpose in any particular context. They include the following:

- (a) Legal security of tenure. (...);
- (b) Availability of services, materials, facilities and infrastructure (...);
- (c) Affordability (...);
- (d) Habitability (...);
- (e) Accessibility (...);
- (f) Location (...);
- (g) Cultural adequacy (...)<sup>117</sup>

Vejamos, rapidamente, o que abrange cada um desses requisitos.

A segurança jurídica da posse significa que deve haver uma segurança jurídica mínima contra despejos forçados, constrangimentos ilegais e outras ameaças.

---

moradia está integralmente ligado a outros direitos humanos e aos princípios fundamentais sobre os quais o Pacto está baseado. A "dignidade inerente à pessoa humana" de onde os direitos no Pacto dizem derivar requer que o termo "moradia" seja interpretado de forma a levar em conta uma variedade de outras considerações, mais importante, que o direito à moradia deveria ser assegurado a todas as pessoas, independentemente de renda ou de acessos a recursos econômicos. Em segundo lugar, a referência no artigo 11 (1) deve ser lida como se referindo não apenas à moradia, mas moradia adequada.

<sup>117</sup> IDEM. Tradução livre: Apesar de o conceito de adequação ser particularmente significante na relação com o direito à moradia, vez que serve para sublinhar um número de fatores que devem ser levados em consideração para constituir "moradia adequada" para os propósitos do Pacto. Enquanto adequação é determinada, em parte, por fatores sociais, econômicos, culturais, climáticos, ecológicos, dentre outros, o Comitê acredita, entretanto, ser possível identificar certos aspectos do direito que devem ser levados em conta para esse propósito em qualquer contexto. Eles incluem o seguinte:

- (a) A segurança jurídica da posse (...);
- (b) Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infra-estrutura (...);
- (c) Acessibilidade financeira (...);
- (d) Habitabilidade (...);
- (e) Acessibilidade (...);
- (f) Localização (...);
- (g) Adequação cultural (...);

A disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infra-estrutura quer dizer que uma casa adequada deve conter facilidades que assegurem a saúde, segurança, conforto e nutrição, com acesso à água potável, energia, aquecimento e iluminação, saneamento básico e banheiros, meios de estocar comida e serviços de emergência.

A acessibilidade financeira estabelece que os gastos com moradia não devem impedir ou comprometer a satisfação de outras necessidades básicas. Destaca-se o papel do poder público na fiscalização e controle dos preços de aluguéis e materiais de construção.

A habitabilidade refere-se às condições físicas da moradia. A habitação deve prover espaço adequado para todos os seus moradores, protegendo-os do frio, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, como vetores de doenças.

A acessibilidade em sentido amplo remete ao grupo de pessoas que possuem dificuldade de locomoção, como deficientes físicos, crianças e idosos. A moradia adequada deve possibilitar livre acesso e circulação dessas pessoas, sem colocar sua integridade física em risco.

Ainda, uma moradia adequada deve estar localizada em um espaço que permita acesso ao mercado de trabalho, a serviços de saúde, escolas, creches e outros equipamentos públicos.

Adequação cultural diz respeito a apropriada expressão da identidade cultural dos povos e a pluralidade de formas e conceitos de moradia. Os materiais de construção, a forma de construção e as políticas públicas de habitação devem respeitar e ser adequadas à realidade cultural de cada povo.

Com relação ao ordenamento jurídico pátrio, o direito à moradia está previsto na Constituição Federal no capítulo que versa sobre os direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 6º.

Outro importante marco legislativo que versa sobre o direito à cidade e à moradia é a Lei nº. 10.257/2001, o chamado Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição, que versam sobre a política urbana<sup>119</sup>.

O Estatuto das Cidades foi uma conquista dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana e pela moradia. De acordo com Lígia MELO,

O Estatuto da Cidade é a viga mestra do ordenamento urbanístico e foi construído em um esforço coletivo promovido pela ação de movimentos sociais unidos a agentes públicos e estudiosos do assunto, entre advogados, arquitetos, engenheiros, que se mobilizaram para aprovar a regulação do direito à cidade sustentável a partir de princípios que promovem a democracia, a cidadania e a participação popular, expressando uma nova concepção de cidade e gestão urbana por meio de uma série de instrumentos complementando o que previu a Constituição<sup>120</sup>.

Formalmente o Estatuto foi um avanço no sentido de prever instrumentos de democratização da cidade e de regularização fundiária<sup>121</sup>. Ocorre que o Estatuto não foi efetivamente implementado.

O plano diretor de Curitiba, por exemplo, prevê todos os instrumentos da Lei Federal, mas deixou de regulamentar aqueles que seriam mais importantes para a

---

<sup>119</sup> Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo (...).

<sup>120</sup> MELO, Lígia. **Direito à moradia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. Pág. 72.

<sup>121</sup> O Estatuto das Cidades prevê diversos instrumentos para implementação da política urbana, dentre eles o plano diretor, o IPTU progressivo no tempo, a regularização fundiária, legitimação da posse.

reforma urbana, como o IPTU progressivo e a concessão especial de uso para fins de moradia.

Ademais, institutos do Estatuto da Cidade acabaram sendo apropriados por segmentos que não os destinatários eleitos pelos movimentos que tanto lutaram pela sua aprovação e acabaram tendo sua função desvirtuada. Exemplo é a venda de potencial construtivo, instrumento que está sendo utilizado pelo empresariado da construção civil para expandir seu mercado, sem qualquer preocupação com suas finalidades.

De qualquer forma, o Estatuto foi um avanço e é um instrumento que, se devidamente apropriado pelo povo, poderá possibilitar as reformas necessárias nas cidades.

Conforme se depreende da breve exposição, o direito à moradia insere-se no rol dos direitos fundamentais, sendo condição para uma vida digna. Então, a questão fundamental se estabelece: é viável a ocupação de área de proteção ambiental para fins de moradia? Deve a proteção ao meio ambiente prevalecer sobre o direito à moradia?

Passaremos a analisar o suposto conflito entre direito à moradia e a proteção do meio ambiente, tendo como palco o Jardim Graciosa.

## **2.3 DIREITO À MORADIA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO JARDIM GRACIOSA**

Como bem ilustra o caso dos moradores do Jardim Graciosa, é característica da urbanização brasileira nas últimas décadas a ocupação de áreas de preservação ambiental nas cidades<sup>122</sup>. Por falta de opção, por não terem onde buscar moradia adequada, milhões de famílias ocupam áreas de mananciais, beira dos rios, encostas de morros, áreas de alto risco para a vida e de grande fragilidade ambiental. Surge, aí, em aparência, o conflito entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente.

---

<sup>122</sup> FERNANDES, Edésio. Preservação ambiental ou moradia? Um falso conflito. In: **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.), Belo Horizonte: Del Rey, 2006. Pág. 356.

O direito à moradia, como já visto, é direito fundamental, reconhecido em instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos, e tem sido objeto de ações de governo no Brasil na última década<sup>123</sup>.

A Constituição de 1988 foi, segundo, José Afonso DA SILVA, a primeira na história do Brasil a tratar deliberadamente sobre a questão ambiental, classificando-a como uma constituição “eminentemente ambientalista”<sup>124</sup>. O artigo 225 da Constituição Federal, que prevê o direito ao meio ambiente, foi fortemente influenciado pelos princípios da Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo<sup>125</sup>, e estabelece que o meio ambiente é bem de uso comum do povo, impondo à comunidade e ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo<sup>126</sup>. É, portanto, um direito bastante amplo, caracterizando-se como um direito fundamental da pessoa humana:

A proteção ambiental, abrangendo a preservação da Natureza em todos os seus elementos essenciais à vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, visa a tutelar a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida, como uma forma de direito fundamental da pessoa humana. Encontramo-nos, assim, como nota Santiago Aniglada Gotor, diante de uma nova projeção do direito à vida, pois neste há de incluir-se a

---

<sup>123</sup> No ano de 2002 foi criado o Ministério das Cidades, colocando a questão urbana na agenda do governo federal. Criou-se, em 2004, o Conselho Nacional das Cidades e, ao longo dos anos, foram sendo instituídos Conselhos Estaduais e Municipais das Cidades, com a atribuição ampla de acompanhar a política urbana desenvolvida em todos os níveis de governo. Desde a criação do Conselho foram realizadas quatro Conferências Nacionais das Cidades. Ainda, foram criados os fundos nacional, estaduais e municipais de habitação de interesse social, com recursos para a construção de moradias populares. De acordo com dados do Ministério das Cidades, nos anos de 2004 e 2005 foram destinados R\$ 15,5 milhões do Orçamento Geral da União para municípios, estados e entidades da sociedade civil desenvolverem ações de regularização fundiária (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS. **Regularização Fundiária**. Brasília, Ministério das Cidades, 2005. pág. 13). Cabe, sem dúvida, uma análise bastante crítica com relação às políticas públicas e a esses instrumentos do chamado “controle social”. Os conselhos, em sua maioria, são consultivos e não possuem competência deliberativa. As habitações populares são construídas nas periferias das cidades, longe do centro, com estrutura precária e, muitas vezes, espaço insuficiente para todos os membros da família. Mas não se pode negar que houve, efetivamente, uma movimentação do poder público brasileiro no sentido de enfrentar a questão urbana.

<sup>124</sup> DA SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 9 ed. São Paulo, Malheiros, 2011. Pág. 48.

<sup>125</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre meio ambiente urbano**, 1972. “A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano (...)”. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em 29 out. 2011.

<sup>126</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

manutenção daquelas condições ambientais que são suportes da própria vida, e o ordenamento jurídico, a que compete tutelar o interesse público, há que dar resposta coerente e eficaz a essa nova necessidade social.<sup>127</sup>

CANOTILHO e MORATO, ao tratar da constitucionalização do direito ambiental, destacam que um dos benefícios de tal processo foi o enquadramento da proteção ambiental como direito fundamental:

Assim posta, a proteção ambiental deixa, definitivamente, de ser um interesse menor ou acidental no ordenamento, afastando-se dos tempos em que, quando muito, era objeto de acaloradas, mas juridicamente estéreis discussões no terreno não jurígeno das ciências naturais ou da literatura. Pela via da norma constitucional, o meio ambiente é alçado ao ponto máximo do ordenamento, privilégio que outros valores sociais relevantes só depois de décadas, ou mesmo séculos, lograram conquistar.<sup>128</sup>

Consideramos, portanto, que o direito ao meio ambiente, e o direito à moradia são dois direitos fundamentais, previstos expressamente na Constituição Federal, e essenciais para a produção e reprodução da vida humana.

Sem ter um teto, um local para morar, não há qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma vida humana minimamente digna<sup>129</sup>. Por sua vez, o meio ambiente equilibrado e a proteção da natureza, tendo em vista a presente e as futuras gerações, são condições para que a vida no planeta possa continuar a existir. Surge, então, um aparente conflito entre direitos fundamentais.

O direito traz algumas propostas de solução para esse conflito. Propostas técnicas, de ponderação a partir da proporcionalidade, da razoabilidade, de técnicas de hermenêutica.

Ocorre que, no caso do Jardim Graciosa, o conflito que se estabelece é aparente. Há a possibilidade jurídica e ambiental de ocupação da área para fins de

---

<sup>127</sup> DA SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 9 ed. São Paulo, Malheiros, 2011. 2009. Pág. 60.

<sup>128</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Pág. 73.

<sup>129</sup> Inclusive, segundo Laércio Becker não há como o sujeito cumprir com seus deveres se suas necessidades básicas, como a moradia adequada, não são satisfeitas: "(...) o direito à satisfação das necessidades, pois, insatisfeitas, não há como exigir do lesado o cumprimento de seus deveres e tal descumprimento inefetiva os direitos demais pessoas, desmontando todo o ordenamento. Garantir o direito à satisfação das necessidades significa garantir a efetividade, o funcionamento, a coercitividade de todo o ordenamento. Ora, uma dessas necessidades cuja satisfação é imprescindível para o cumprimento dos deveres, indubitavelmente é a de moradia". BECKER, L.A. **Posse e moradia à luz da constituição**. Porto Alegre: Manás, 2009.



moradia desde que respeitados os parâmetros legais, e não há, ao contrário do que um discurso dominante faz crer, uma predominância, em abstrato, do direito ao meio ambiente sobre o direito à moradia.

O argumento de que o direito ao meio ambiente é coletivo, difuso e intergeracional, e que o direito à moradia é um direito individual, externalização do direito de propriedade, não prospera.

O direito à moradia, apesar de ter uma dimensão precipuamente individual, também se caracteriza como um direito coletivo: “O direito de propriedade como direito natural é sopesado, a construção do direito à moradia ultrapassa a concepção de direito individual e tendência a se consagrar como um direito coletivo”<sup>130</sup>.

Inclusive, Letícia Marques OSÓRIO destaca que o desenvolvimento das funções da cidade constitui-se em direito difuso: “O desenvolvimento das funções sociais da cidade é de interesse de todos os seus habitantes, constituindo-se enquanto um interesse difuso, uma vez que todos os munícipes são afetados pelas atividades, funções e impactos desempenhados em seu território”<sup>131</sup>.

Dessa forma, tanto o direito à moradia e à cidade, quanto o direito ao meio ambiente são direitos coletivos e difusos, devendo ser igualmente tutelados.

Ainda, o argumento de que a ocupação do local trará nefastas consequências ao meio ambiente também não é válido, vez que a proposta é, exatamente, a ocupação da área, mas por pessoas de outra classe social. A própria empresa de consultoria afirma que a ocupação é possível.

O conflito, portanto, não é entre proteção do meio ambiente e moradia, mas entre moradia e atividade privada de exploração imobiliária. Há, aí, interesses diversos que, no caso concreto, representam grupos sociais contrapostos. E o poder público escolheu tutelar e garantir não o direito à moradia nem a proteção do meio ambiente.

---

<sup>130</sup> KASSMAYER, Karin. **Cidade, riscos e conflitos socioambientais urbanos: desafios à regulamentação jurídica na perspectiva da justiça socioambiental**. 259 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Pág. 224.

<sup>131</sup> OSÓRIO, Letícia Marques. Direito à cidade como direito humano coletivo. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Coord.). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. Pág. 197.

### **3 O DISCURSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A QUEM SERVE?**

Como visto, a exemplo do Jardim Graciosa, há um forte e sedutor discurso de proteção ao meio ambiente, que incide sobre ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental.

O discurso é forte, vez que propalado de forma insistente pelos órgãos oficiais (Prefeitura, Secretarias, Ministério Público, Judiciário, aparato policial), pela mídia e pela população. Atualmente todos tem uma opinião sobre o meio ambiente e como protegê-lo. Todos os dias há matérias, reportagens, filmes, vídeos, documentários que mostram como as cidades estão sendo destruídas e o meio ambiente urbano degradado.

É também sedutor e quase que incontestável, pois quem, hoje, em sã consciência, será contra a proteção ambiental? O que se dissemina pelos quatro cantos do planeta é que a natureza está em perigo, que em breve não teremos mais água, nem florestas, nem comida.

Tais constatações nos parecem razoáveis, apesar de haver grandes discussões entre ambientalistas, geógrafos e cientistas sobre a real dimensão da chamada “crise ambiental” e dos seus efeitos.

O que se pretende discutir no presente trabalho é, por um lado, as reais intenções desses atores que subitamente constatarem que estamos vivendo uma crise ambiental nas cidades e o discurso de que “todos somos responsáveis”, que a culpa e a responsabilidade pelos problemas ambientais e a sua solução são de todos; e, por outro, as pretensas soluções trazidas por esses atores.

#### **3.1 A MATERIALIDADE DO DISCURSO**

O discurso, as ideias e a ideologia não são, nos dizeres de MARILENA CHAUI, um “sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras

como algo separado e independente das condições materiais” ou, ainda, “ideias produzidas somente pelo pensamento, porque seus pensadores estão distanciados da produção material”<sup>132</sup>. O discurso, que encerra em si uma ideologia, é concreto, objetivo, fruto das condições sociais e materiais concretas: “A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas”.<sup>133</sup>

István MÉSZÁROS recorda que a ideologia está em todos os lugares: “Isto pode ser uma surpresa para muitos. No entanto, a verdade é que em nossas sociedades tudo está impregnado de ideologia, quer a percebamos, quer não”<sup>134</sup> e que ela se manifesta concretamente:

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstruída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos mais tangíveis do metabolismo social<sup>135</sup>

Ao ser objetivo, fruto das condições sociais, o discurso conforma a ação dos sujeitos e tem implicações práticas:

Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social tem (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura (...) É esta orientação que define também o tipo de racionalidade apropriada ao discurso ideológico. Os interesses desse discurso não devem ser articulados como proposições teóricas abstratas (das quais nada surgirá a não ser outras proposições teóricas abstratas da mesma espécie), e sim como indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de “tipos ideais” artificialmente construídos)<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> CHAUI, Marilena, **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Pág. 66.

<sup>133</sup> CHAUI, Marilena, **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Pág. 76.

<sup>134</sup> MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. Pág. 57.

<sup>135</sup> MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004. Pág. 65.

<sup>136</sup> MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004. Pág. 66.

Partindo-se da premissa acima exposta, que o discurso possui sua dimensão concreta, que incide diretamente sobre a realidade, não ficando restrito às ideias ou, na terminologia de MARX, à superestrutura, é possível analisar o discurso de proteção ao meio ambiente e suas implicações, tendo como exemplo o Jardim Graciosa.

### **3.2 AS INTENÇÕES VELADAS E AS INTENÇÕES REAIS DO DISCURSO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NA CIDADE**

O discurso de proteção ao meio ambiente está muito presente na sociedade atual. A discussão acerca da proteção ao meio ambiente ocorre em todos os espaços: na mídia, no interior do Estado, nas empresas, nas confederações de indústria e comércio, nas universidades, nas organizações de trabalhadores e de empregadores, nos movimentos sociais. No entanto, não é possível acreditar que em todos esses espaços o debate seja o mesmo, partindo das mesmas premissas e sugerindo as mesmas soluções.

A verdade é que o debate sobre meio ambiente adquiriu uma roupagem neutra e pretensamente universal. Todos devem falar sobre isso e propor soluções para “salvar o planeta”<sup>137</sup>.

Os supermercados - que transportam seus produtos por meio de caminhões, gerando um imenso passivo ambiental; que não respeitam as leis trabalhistas; que vendem produtos industrializados e cheios de embalagens; que desperdiçam quilos de comida todos os dias; que não se preocupam com os agrotóxicos utilizados nas frutas e verduras que vendem, desde que os tomates estejam vermelhos e os morangos enormes, dentre outras práticas absurdamente danosas à natureza - vendem sacolas de pano para que os seus clientes não usem sacolas plásticas e, assim, poluam menos o mundo.

---

<sup>137</sup> Impossível não lembrar do *slogan* da rede The Hard Rock Café: “save de planet”. Trata-se de uma rede de restaurantes cujos proprietários são músicos famosos e que vende camisetas, moletons, sanduíches e todo tipo de *junk food* sem apresentar, em suas lojas, qualquer cuidado com uma atividade efetivamente sustentável.

Mas quem mesmo polui o mundo? A rede de supermercados Wal-Mart, com filiais no mundo inteiro e com as práticas acima descritas, ou o cidadão que mora na periferia da cidade, pega ônibus e compra somente o necessário para sobreviver?

Há, aí, uma imensa inversão de valores e uma jogada de *marketing* sensacional. O discurso é: o Wal Mart possui responsabilidade ambiental e ajuda os consumidores poluidores a poluírem menos. Mas a realidade é que o Wal Mart não se importa com a degradação ambiental, que o discurso de proteção ao meio ambiente lhe rende prêmios de “empresa responsável” ou um “selo verde” qualquer, aumentando seus lucros. Ainda, lucra mais um pouco com a ingenuidade dos clientes que compram as tais “eco-bags”.

José Sérgio Leite LOPES destaca bem a apropriação do discurso de proteção ao meio ambiente pelo empresariado:

Por outro lado, à medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor. O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos<sup>138</sup>

Responsabilizar a população em geral, e mais especificamente os pobres (não é raro ouvir discursos do tipo: pobre polui mais porque é mal educado e joga lixo no chão; pobre polui mais porque joga seu esgoto no rio ao invés de canalizar os resíduos; pobre ocupa áreas de risco porque quer, era só entrar na fila da COHAB), é estratégia para ocultar os verdadeiros responsáveis pela crise ambiental.

Certos segmentos da sociedade, portanto, se apropriaram das discussões que ocorrem no mundo desde a década de 60 sobre a preservação ambiental e as tornaram absolutamente inócuas do ponto de vista prático.

As soluções trazidas também não resolvem a questão. Sacolas de pano ao invés de sacolas plásticas, papel reciclado, selo verde, conscientização ambiental

---

<sup>138</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>

feita pela rede Globo, mutirões anuais de limpeza de rios feitos pela vizinhança não irão, infelizmente, resolver ou minimizar o problema<sup>139</sup>.

A mesma coisa ocorre com o Estado e o capital imobiliário no Jardim Graciosa, já que todos se dizem preocupados com o meio ambiente e com os mananciais. Para protegê-los, é necessária a desocupação da área, e só por isso.

O discurso é: os moradores devem ser removidos para que a natureza seja preservada e as futuras gerações tenham água para beber. Se os moradores não saírem a culpa pela falta de água em Curitiba e Região Metropolitana será deles. A realidade, explicitada no apagar das luzes do relatório da Vertrag, é que a área é bastante visada pelo segmento imobiliário e que um condomínio de luxo no local traria dividendos para a Prefeitura e resolveria os problemas da irregularidade fundiária e daquele povo que insiste em se reunir em associação de moradores, em se movimentar e fazer barulho.

Não se cogita a permanência dos moradores atuais não pela preocupação com o meio ambiente, mas para garantir que os ricos curitibanos vivam em uma bolha verde, longe do caos urbano do centro de Curitiba e os pobres sejam, novamente, expulsos para o mais longe possível.

O discurso oficial também não menciona que o Alphaville está localizado em uma área de manancial, que a Prefeitura autorizou a ocupação do local, pavimentou vias e dotou a área da infra-estrutura necessária para a realização do empreendimento.

Em verdade, a proteção ao meio ambiente é o pretexto para a expulsão dos moradores, eliminando um conflito social latente, com a consequente implementação de um condomínio de luxo que trará lucros à iniciativa privada.

É possível identificar no Jardim Graciosa dois processos: a chamada “ambientalização dos conflitos sociais” e a segregação sócioespacial.

---

<sup>139</sup> Não estamos aqui a dizer que não devemos tomar, individualmente, medidas para mitigar os impactos ambientais gerados pelas nossas práticas cotidianas. Claro que, se pudermos, devemos usar o transporte coletivo ou bicicletas, devemos separar o lixo, racionalizar o uso de água, etc. Mas essas práticas não resolverão a crise ambiental enquanto os países não mudarem sua matriz de transporte, valorizando o transporte coletivo, não mudarem suas políticas de emissão de gases e outros resíduos, enquanto continuarmos a exportar toneladas e toneladas de água por meio da exportação da cana e da soja, enquanto o governo do Paraná continuar a incentivar a plantação de Pinus no Vale do Ribeira, etc. etc.

Não cabe no presente trabalho o estudo pormenorizado de tais fenômenos, mas passamos a analisá-los brevemente.

Segundo José Sergio Leite LOPES, um dos primeiros autores brasileiros a usar o termo, ambientalização é um neologismo para designar o novo fenômeno da preservação do meio ambiente como um processo, que se tornou uma questão social, assim como, em outros momentos históricos, termos como *industrialização* e *proletarização* foram criados no mesmo sentido:

O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “ambientalização”, dar-se ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”.

Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial<sup>140</sup>

O surgimento do que seria a ambientalização de conflitos, segundo LOPES, se deu quando a Suécia propôs a Conferência de Estocolmo de 1972, incomodada com a poluição no mar Báltico, causada por indústrias nacionais e estrangeiras, que estaria prejudicando sua atividade pesqueira. O conflito internacional, então, se deu por conta de uma questão ambiental, surgindo, assim, uma “questão internacional”<sup>141</sup>.

Para ilustrar a ambientalização de conflitos sociais, LOPES relata diversos casos, dentre eles o ocorrido em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, envolvendo a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Em 1988, auge das mobilizações e conflitos sociais decorrentes da redemocratização e das lutas sindicais, foi proposta, por uma entidade ambientalista de Macaé-RJ, uma ação civil pública cujo objeto era a reparação da poluição causada pela CSN no rio Paraíba do Sul. Ainda, em 1985, com o apoio e mobilização de outros setores da sociedade, trabalhadores da Companhia

---

<sup>140</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Pág. 34.

<sup>141</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Pág. 35.

descobriram que uma substância com a qual tinham contato causava câncer, e tomaram providências:

Também por volta de 1985, os trabalhadores da CSN descobrem a nova doença da leucopenia, isto é, o primeiro estágio diagnosticável do benzenismo – intoxicação pela emissão do gás benzeno da coqueria da CSN, causando doença grave, aparentada ao câncer. Essa descoberta de doença e mortes, anteriormente naturalizadas como decorrentes de uma vida com excesso de trabalho, deveu-se à ação de assessorias de saúde pública ao sindicato de Santos (SP), depois estendida ao sindicato de Volta Redonda. Trata-se da entrada de outro grupo profissional tradicional, os médicos e engenheiros do trabalho, reconvertendo-se para a área de saúde do trabalho e da saúde ambiental, assim como para a assessoria sindical<sup>142</sup>

Esses episódios ocorridos no Rio de Janeiro evidenciam como conflitos surgem a partir de questões ambientais, e como conflitos sociais acabam se revestindo de conflitos ambientais. A luta era por melhores condições de trabalho, e a questão ambiental surge como fator determinante do conflito:

O caso de Volta Redonda tem um interesse particular pela clareza com que se vê ocorrer um processo histórico de passagem de intensos e importantes conflitos situados no interior da fábrica, por questões trabalhistas levadas adiante pelo sindicato operário, para uma situação de conflito da cidade contra a fábrica, por motivos ambientais de poluição industrial. Nessa passagem de uma década para a outra, dos anos 1980 para meados dos anos 1990 em diante, se dá a “descoberta da poluição” na cidade, se intensifica nacionalmente a questão pública da preservação do meio ambiente, e ocorre localmente uma “ambientalização” dos conflitos sociais<sup>143</sup>

A nosso ver, portanto, a ambientalização dos conflitos sociais, significa que conflitos sociais surgem por conta de questões ambientais, e conflitos ambientais surgem devido a questões sociais. Ainda, os conflitos sociais, políticos e econômicos são transformados, de forma intencional pelo discurso dominante, em um conflito ambiental. Se o conflito se reduz a uma questão ambiental, de preservação da natureza para que a vida no planeta possa continuar, parece que se está fora da

---

<sup>142</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Pág. 42.

<sup>143</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Pág. 44.



arena do embate, que a questão está resolvida, pois nada é mais importante que a proteção do meio ambiente.

É exatamente o que ocorre no Jardim Graciosa, local em que um conflito social decorrente da irregularidade fundiária e da existência de diversos interesses econômicos e políticos conflitantes se torna, por meio do discurso da Prefeitura e do capital imobiliário, um conflito ambiental. A questão passa a ser a seguinte: devemos proteger o meio ambiente e para isso a única solução é a saída dos posseiros. Por coincidência, essa é exatamente a conclusão do estudo da Vertrag, sobre o qual discorreremos no capítulo anterior.

Já a segregação sócioespacial é a separação dos indivíduos no espaço, de forma intencional, para isolar grupos sociais de outros, de acordo com a classe social.

Sobre o fenômeno e sua intencionalidade, Mike DAVIS explica:

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média<sup>144</sup>

Segundo David HARVEY, na sociedade capitalista a riqueza se movimenta e se isola, gerando segregação e aniquilando espaços de sociabilidade e solidariedade na cidade:

Assim, a riqueza se movimenta, seja se afastando ainda mais da cidade, rumo a ex-urbes que excluem explicitamente os pobres, os desprivilegiados e os marginalizados, seja se fechando por trás de altos muros, em “privatopias” suburbanas ou “comunidades fechadas” na área urbana. Os ricos formam guetos de opulência (suas “utopias burguesas”) e solapam conceitos de cidadania, de pertinência social e de apoio mútuo<sup>145</sup>

De acordo com Gislene PEREIRA, a segregação espacial está intimamente ligada à ilegalidade da posse:

---

<sup>144</sup> DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. Pág. 105

<sup>145</sup> HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006. Pág. 201.

A ilegalidade em relação à propriedade da terra na cidade leva a um processo de exclusão social da população de menor renda, uma vez que à regularidade urbanística está associado o acesso aos demais serviços urbanos, desde a infra-estrutura básica até o exercício dos direitos de cidadania. (...) A ilegalidade em relação à posse da terra, além de fator de exclusão social da população de menor renda, é o principal agente do padrão de segregação espacial que caracteriza as cidades brasileiras<sup>146</sup>.

Ao discorrer sobre a produção do espaço de Curitiba, a autora conclui que:

Ao cruzarmos as informações referentes ao crescimento populacional e condições sociais fica evidente: a) a existência de um vetor de expansão no sentido sudoeste; b) a condução desse processo de expansão é feita pela população de baixa renda; c) predominam baixos padrões de condições sociais nesse processo de expansão; d) existem grandes diferenças intra-urbanas que indicam a desigualdade social da estruturação do espaço da cidade<sup>147</sup>.

A cidade de Curitiba e sua Região Metropolitana estão organizadas de forma a separar ricos e pobres, cada um em seu espaço, cuidadosamente dispersos para que se encontrem o mínimo possível. E o Jardim Graciosa é expressão dessa violenta segregação e da guerra social mencionada por DAVIS.

Os moradores batalham, todos os dias, para não serem novamente levados para ainda mais longe, para locais com menos infra-estrutura ainda – sim, é possível e relativamente fácil encontrar locais dotados de condições piores que as do Graciosa na Região Metropolitana.

Mas a pressão exercida por esse movimento de exclusão, levado a cabo pelos detentores do poder político e econômico acabou por, pelo menos ao término da redação dessas linhas, enfraquecer os posseiros. Sem alternativa, diante da violência e das ameaças de todo um sistema, os moradores cogitam, verdadeiramente, a possibilidade de vender seus lotes para garantir, ao menos, uma remuneração justa pelas suas terras e bens.

---

<sup>146</sup> PEREIRA, Gislene. **A natureza dos (nos) fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental**. Pág. 39. Disponível em [ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418](https://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418)

<sup>147</sup> PEREIRA, Gislene. **A natureza dos (nos) fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental**. Pág. 44. Disponível em [ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418](https://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418)

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou explicitar como o discurso de proteção ao meio ambiente na cidade encobre interesses outros que não a efetiva preocupação com a proteção da natureza, partindo do caso do Jardim Graciosa.

Ao iniciar com o caso concreto para então discorrer sobre ele e os demais pontos objeto dessa monografia, procurou-se relacionar as reflexões aqui feitas com a realidade. O receio de elaborar um trabalho descolado da realidade e da experiência que a extensão propiciou motivou essa estrutura.

Da análise da conformação de Pinhais, do Jardim Graciosa, de Curitiba e Região Metropolitana, e das relações entre Estado e mercado imobiliário, resta explícita a escolha por um modelo excludente de cidade.

Nesse contexto, o Direito aparece como elemento legitimador dessas opções, promovendo a segregação sócioespacial e a expulsão dos moradores. A propriedade privada e sua tutela jurídica impedem a efetivação de direitos outros, em especial o direito à moradia digna.

O aparente conflito entre os direitos fundamentais à moradia e ao meio ambiente é tratado como uma questão técnica a ser solucionada juridicamente. Ocorre que o conflito não é esse. O que está em jogo, em verdade é, de um lado, o direito à moradia e à existência digna e, de outro, os interesses do mercado. Nesses termos, não há ponderação a ser feita. Deve prevalecer a escolha que ampare e tutele os sujeitos, as pessoas. É ou não objetivo fundamental da República do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”? Se a resposta for afirmativa, a solução já está dada.

É claro que o meio ambiente deve ser preservado, e que o direito ao ambiente saudável e equilibrado é direito fundamental tanto quanto os demais. Mas deve-se atentar da onde vem esse discurso supostamente solidário e preocupado. O capital apropriou-se do debate, dos termos e dos jargões dos ambientalistas e movimentos sociais<sup>148</sup>, e “pintou-se de verde”. Todavia, na essência, não se alterou, e segue devastando violentamente a natureza.

---

<sup>148</sup> Certa vez, em uma platéia composta por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e da Via Campesina, o palestrante leu um texto que expunha uma determinada visão

Apesar das observações feitas acerca do Direito e sua utilização pelas classes dominantes, o Direito é, também, instrumento de luta e resistência quando apropriado pelo povo. Outro não é o motivo de se conhecer o Direito e de se praticar a extensão na área jurídica. Se o Direito fosse apenas um instrumento de dominação, a trajetória toda que desembocou nesse trabalho não faria sentido algum.

Há, ainda, crença no Direito. Mas os últimos acontecimentos no Jardim Graciosa são desanimadores, e parece que os juristas – ou pelo menos os estudantes de direito que atuam lá há dois anos – tem pouco a oferecer para a transformação das condições concretas daquela comunidade.

Desde que a Prefeitura encomendou o estudo para a Vertrag e ficou explícita a intenção da construção de um condomínio de luxo, os moradores tem sido constantemente assediados por diversos agentes para que vendam suas posses. As ameaças são inúmeras, e a possibilidade de resistência ante o poder do capital imobiliário associado com o Estado é cada vez mais reduzida.

Preocupados com o desfecho da ação de reintegração de posse, e ante a inexistência de qualquer garantia por parte do poder público de que serão indenizados, recentemente os moradores passaram a concordar com a venda dos lotes. As informações não são muito claras, pois, ao que consta, os moradores não sabem ao certo quem está por trás da compra dos terrenos. Fato é que os valores oferecidos são relativamente bons.

Esse comportamento é absolutamente compreensível e irrepreensível. Diante da falta de opções, ou de péssimas opções, a escolha pela melhor delas é justa. E é a vida das pessoas que está em risco.

A presença do Projeto na área sempre foi com o objetivo de assessorar os moradores para que tivessem condições de resistir e conquistar o direito à moradia. Mas isso só é possível se os próprios vislumbram a possibilidade de ficar e se essa possibilidade realmente existe.

---

acerca da proteção do meio ambiente e elegeu um projeto de ecologia. Perguntou então aos trabalhadores se concordavam com aquela visão e se ela estava de acordo com os princípios dos movimentos ali representados. Sem objeções a platéia concordou com o conteúdo do texto. Então o palestrante revelou que extraiu aquele trecho do site da Syngenta, empresa transnacional produtora de transgênicos e agrotóxicos, veementemente combatida pelo movimento social brasileiro.

Inobstante não ser consenso a venda dos lotes, parte significativa dos moradores parece já estar convencida de que a melhor opção é deixar a área. O papel dos estudantes e das organizações que atuam na área é apoiar a decisão daqueles que querem ir, e tocar a luta com aqueles que decidiram ficar.

Mais um ponto para o capital imobiliário, e mais famílias que continuarão a vagar de ocupação em ocupação, dando sequência ao projeto da cidade que não foi planejada para elas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Lopes de Almeida (Org). **A questão urbana na América Latina – textos**. Rio De Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

ALMEIDA, Fernando Lopes de. **A questão urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

BECKER, L.A. **Posse e moradia à luz da constituição**. Porto Alegre: Manás, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em [www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr) . Acesso em 6/05/2011.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS. **Regularização Fundiária**. Brasília, Ministério das Cidades, 2005.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit Habitacional 2008**. Documento disponível em: [www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB\\_2008\\_Final\\_2011.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf). Acesso em 8-09-2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº. 591, de 6 de julho de 1992. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_economicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm). Acesso em: 19 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº. 10.257/2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt; MANCINO, Sandra. **Globalização, municipalidades e direitos: o impacto na políticas sociais da Região Metropolitana de Curitiba**. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital, 2009.

CURITIBA. IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados – 2009**. Curitiba: IPPUC, 2009.

DA SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 9 ed. São Paulo, Malheiros, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 10 out. 2011.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **A arquitetura do desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba**. Cascavel: Assoeste, 2006.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. E-book. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>

FARRET, Ricardo; SCHMIDT, Benício. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERNANDES, Edésio. Preservação ambiental ou moradia? Um falso conflito. In: **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.), Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2009.

FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história**. 1989.

GENRO, Tarso. O Estado e o Manifesto Comunista. In: **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Daniel Aarão Reis Filho (organizador). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 10ª ed. L&PM: Porto Alegre, 1980.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia - síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

KASSMAYER, Karin. **Cidade, riscos e conflitos socioambientais urbanos: desafios à regulamentação jurídica na perspectiva da justiça socioambiental**. 259 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.  
Lei de 21 de abril de 1994, sem número.

LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” e sobre dilemas da participação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

MARX, Karl. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. 1859. E-book. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>. Acesso em 25/09/2011.

MELO, Lígia. **Direito à moradia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MELO, Tarso de. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3 ed. São Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

MORATO, CANOTILHO. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre meio ambiente urbano**, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The right to adequate housing (Art.11 (1))**. CESCR General comment 4. (General Comments). Disponível em: [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument).

OSÓRIO, Leticia Marques. Direito à cidade como direito humano coletivo. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Coord.). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PARANÁ. COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em 18-11-2011.

\_\_\_\_\_. COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>. Acesso em 18-11-2011.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº. 1963 de 22 de dezembro de 1992.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº. 8.080 de 31 de maio de 1999.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 3411 de 2008.

\_\_\_\_\_. IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Disponível em: [www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5](http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5), Acesso em 6/05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº. 12.248/1998 criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

PINHAIS. Decreto Municipal nº. 272 de 1999.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal nº. 333 de 13 de setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal nº. 39 de 2001.

PEREIRA, Gislene. **A natureza dos (nos) fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental**. Disponível em [ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3027/2418)

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. **Dinâmica imobiliária na região metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole.** Disponível em [www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/trabalho\\_regularizacao.pdf](http://www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/trabalho_regularizacao.pdf)

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. In: **políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/RFRJ, 2011. Disponível em: [observatoriodasmetropoles.net/download/miolo\\_livro\\_curso\\_baixada](http://observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_livro_curso_baixada))

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Hilma de Lourdes. Mobilização na RMC. Depoimento – Movimento Nacional de Luta pela Moradia. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital, 2009.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STAUT JUNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916.** Curitiba, 220 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metropóle - Grande Curitiba: teoria e prática.** Curitiba: IPARDES, 1994.

VETRAG. **Estudo de viabilidade para readequação do loteamento Jardim Graciosa situado na UTP de Pinhais.** Pinhais, Paraná. Agosto de 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico - fundamentos de uma nova cultura no direito.** São Paulo: Alfa-Omega, 2001.